



By @kakashi_copiador

**Simulado Especial -
CNU - Concurso
Nacional Unificado
(Bloco Temático 1 -
Infraestrutura, Exatas
e Engenharia)
(04/02/2024) Gabarito**

*Simulado - CNU - Concurso Nacional
Unificado (Bloco Temático 1 -
Infraestrutura, Exatas e Engenharia)
(04/02/2024) Gabarito*
(Pós-Edital)

Simulado Especial

CONCURSO

NACIONAL

UNIFICADO

BLOCO 1

Infraestrutura, Exatas e
Engenharia - Pós-Edital



Gabarito

Simulado CNU – Bloco 1

01	C	15	E	29	D	43	C	57	E
02	D	16	B	30	A	44	A	58	D
03	D	17	D	31	B	45	A	59	C
04	C	18	E	32	D	46	C	60	D
05	C	19	A	33	D	47	E	61	B
06	E	20	B	34	A	48	A	62	B
07	C	21	A	35	B	49	D	63	A
08	B	22	D	36	B	50	E	64	C
09	D	23	B	37	E	51	A	65	B
10	A	24	C	38	E	52	C	66	C
11	C	25	C	39	E	53	E	67	B
12	C	26	E	40	A	54	B	68	B
13	E	27	E	41	D	55	C	69	D
14	A	28	C	42	B	56	B	70	A

RANKING

Confira sua nota e posição no Ranking Classificatório e saiba o seu desempenho.

<https://bit.ly/Ranking-CNU-Bloco1-04-02>



POLÍTICAS PÚBLICAS*Elisabete Moreira*

01. Após terem sido formuladas, as políticas públicas só se transformam em ações governamentais se forem implementadas. A implementação, por sua vez, pode ser conduzida segundo diferentes modelos. Caso prevaleça o modelo de cima para baixo (*Top-down*), indique qual das características abaixo não deverá estar presente.

- a) Cadeia de comando com foco nos decisores de alto escalão.
- b) Objetivos definidos e não-contraditórios.
- c) Envolvimento de atores públicos e privados com a implementação e avaliação da política.
- d) Baixa autonomia dos níveis médios e inferiores da gestão pública.
- e) Ênfase na comunicação de objetivos/tarefas, coordenação de ações e responsabilização pelo cumprimento das atribuições de cada parte.

Gabarito: D

Comentários:

- a) Errado. Os decisores de alto escalão são parte do modelo de implementação *top-down*.
- b) Errado. Os objetivos definidos de forma centralizada não são contraditórios, logo característico do modelo *Top-down*
- c) Certo. O envolvimento de atores públicos e privados no processo é característico do modelo *bottom-up*.
- d) Errado. Baixa autonomia da burocracia é típico do modelo *Top-down*.
- e) Errado. Essas são características de um modelo centralizador que comunica, coordena e responsabiliza.

02. A avaliação das políticas, programas e projetos implementados pela Administração pública pode ser realizada segundo três metodologias básicas: avaliação de metas, avaliação de impacto e avaliação de processo. A avaliação de

- a) metas tem como objetivo medir o grau de êxito que um programa ou projeto obtém em relação ao processo e ao seu impacto.
- b) metas e de impacto ocorrem concomitantemente à implementação do programa ou projeto.
- c) impacto tem como objetivo identificar os efeitos produzidos sobre a população-alvo do programa ou projeto e produzir dados para reprogramação das ações.
- d) processo tem como objetivo medir o grau de cobertura do programa ou projeto, estabelecer o grau em que está alcançando a população beneficiária e produzir dados para a reprogramação das ações.
- e) processo ocorre simultaneamente com a avaliação de metas.

Gabarito: D

Comentários:

- a) Errado. A avaliação de metas não mede o grau de êxito em relação ao processo, mas em relação ao alcance dos objetivos
- b) Errado. A avaliação de impacto ocorre após a implementação do programa
- c) Errado. A avaliação de impacto ocorre após o fim do programa ou projeto, quando não se consegue mais reprogramar ações.
- d) Certo. A avaliação de processo ocorre durante a implementação do programa e do projeto possibilitando verificar como está sendo implementado, o grau de alcance para poder fazer ações corretivas.
- e) Errado. São avaliações diferentes. O processo ocorre durante e está relacionado com o método e as metas estão relacionadas com o alcance dos resultados.

03. A Gestão das Políticas Públicas no Brasil tornou-se um processo institucionalizada nos últimos tempos. A literatura acerca da matéria é muito diversa e rica, permitindo a análise desde a fase inicial, de construção do problema, até a avaliação



final, de verificação dos resultados alcançados. Nesse caso, é INCORRETO afirmar que:

- a) São consideradas políticas governamentais as políticas elaboradas e estabelecidas por atores governamentais.
- b) Uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público.
- c) A abordagem estadocêntrica considera políticas públicas apenas as que surgem do poder estatal.
- d) O conceito de política pública é único e seguido por todos os autores que tratam do tema.
- e) O ciclo de políticas públicas é uma ferramenta analítica que permite analisar em separado as várias fases de uma política pública.

Gabarito: D

Comentários:

- a) Errado. As políticas governamentais são, de fato, aquelas que provêm dos gestores do Estado, visando ao interesse público.
- b) Errado. Esse é um dos conceitos de política pública, ou seja, uma diretriz e uma tomada de decisão para resolução de um problema público.
- c) Errado. Esse conceito está correto, pois as políticas estadocêntrica são políticas originadas do poder estatal; a abordagem multicêntrica provém de outras organizações privadas, não governamentais e multilaterais, que junto com os atores governamentais, formulam e implantam as políticas públicas
- d) Certo. O erro da alternativa é se referir ao conceito de política pública como único. Existem vários conceitos relacionados às políticas públicas, a depender dos autores, não existindo um conceito único.
- e) Errado. O ciclo de políticas públicas é uma ferramenta didática formado de fases que ajudam a medir e mensurar o andamento de cada uma delas.

DESAFIOS DO ESTADO DE DIREITO: DEMOCRACIA E CIDADANIA

Emerson Bruno

04. Romualdo Bezerra, 53 anos de idade, é militar da reserva e deseja se candidatar ao cargo de Senador da República. De acordo com a CF88, a idade mínima como condição de elegibilidade para ser detentor do presente mandato eletivo é:

- a) 60 anos de idade.
- b) 30 anos de idade.
- c) 35 anos de idade.
- d) 21 anos de idade.
- e) 18 anos de idade.

Gabarito: C

Comentários: “CF88 - Art. 14, §3º, VI - a idade mínima de:

- a) trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador;
- b) trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal;
- c) vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz;
- d) dezoito anos para Vereador.”

05. De acordo com a Constituição da República são formas de participação direta do cidadão brasileiro em nossa democracia.

- a) o plebiscito e o referendo apenas.
- b) o referendo e a iniciativa popular apenas.
- c) o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular.
- d) o plebiscito, o referendo, o recall e a iniciativa popular.
- e) o plebiscito, o recall e a iniciativa popular.

Gabarito: C

Comentários: “CF88 - Art. 14, Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:



- I - plebiscito;
II - referendo;
III - iniciativa popular.”

DESAFIOS DO ESTADO DE DIREITO: DEMOCRACIA E CIDADANIA

Ricardo Torques

06. O Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3 é estruturado em eixos orientadores que contêm as respectivas diretrizes. Em relação ao Eixo Orientador VI, que versa sobre o Direito à Memória e à Verdade, assinale a alternativa incorreta.

- a) A investigação do passado é fundamental para a construção da cidadania.
b) A história que não é transmitida de geração a geração torna-se esquecida e silenciada.
c) Estudar o passado, resgatar sua verdade e trazer à tona seus acontecimentos caracterizam forma de transmissão de experiência histórica, que é essencial para a constituição da memória individual e coletiva.
d) O trabalho de reconstituir a memória exige revisitar o passado e compartilhar experiências de dor, violência e mortes. Somente depois de lembrá-las e fazer seu luto, será possível superar o trauma histórico e seguir adiante.
e) A vivência do sofrimento e das perdas deve ser reduzida a conflito privado e subjetivo, como meio de obter reparações.

Gabarito: E

A **alternativa A** está **CERTA**. Consoante disposto no Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3, aprovado pelo Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009:

PNDH-3. Eixo Orientador VI: Direito à Memória e à Verdade

A investigação do passado é fundamental para a construção da cidadania. Estudar o passado, resgatar sua verdade e trazer à tona seus

acontecimentos caracterizam forma de transmissão de experiência histórica, que é essencial para a constituição da memória individual e coletiva.

A **alternativa B** está **CERTA**. Consoante disposto no Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3, aprovado pelo Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009:

PNDH-3. Eixo Orientador VI: Direito à Memória e à Verdade

A história que não é transmitida de geração a geração torna-se esquecida e silenciada. O silêncio e o esquecimento das barbáries geram graves lacunas na experiência coletiva de construção da identidade nacional. Resgatando a memória e a verdade, o País adquire consciência superior sobre sua própria identidade, a democracia se fortalece. As tentações totalitárias são neutralizadas e crescem as possibilidades de erradicação definitiva de alguns resquícios daquele período sombrio, como a tortura, por exemplo, ainda persistente no cotidiano brasileiro.

A **alternativa C** está **CERTA**. Consoante disposto no Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3, aprovado pelo Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009:

PNDH-3. Eixo Orientador VI: Direito à Memória e à Verdade

A investigação do passado é fundamental para a construção da cidadania. Estudar o passado, resgatar sua verdade e trazer à tona seus acontecimentos caracterizam forma de transmissão de experiência histórica, que é essencial para a constituição da memória individual e coletiva.

A **alternativa D** está **CERTA**. Consoante disposto no Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3, aprovado pelo Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009:

PNDH-3. Eixo Orientador VI: Direito à Memória e à Verdade



O trabalho de reconstituir a memória exige revisitar o passado e compartilhar experiências de dor, violência e mortes. Somente depois de lembrá-las e fazer seu luto, será possível superar o trauma histórico e seguir adiante. A vivência do sofrimento e das perdas não pode ser reduzida a conflito privado e subjetivo, uma vez que se inscreveu num contexto social, e não individual.

A **alternativa E** está **ERRADA** Consoante disposto no Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3, aprovado pelo Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009, a referida vivência **NÃO** pode ser reduzida a conflito privado e subjetivo.

PNDH-3. Eixo Orientador VI: Direito à Memória e à Verdade

*O trabalho de reconstituir a memória exige revisitar o passado e compartilhar experiências de dor, violência e mortes. Somente depois de lembrá-las e fazer seu luto, será possível superar o trauma histórico e seguir adiante. A vivência do sofrimento e das perdas não pode ser reduzida a conflito privado e subjetivo, uma vez que se inscreveu num contexto **social**, e não individual.*

07. A Constituição Federal estabelece que a república Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito. Percebe-se, portanto, que a forma republicana de governo é adotada em nosso país. Sobre o tema, é correto afirmar que a república:

- a) Caracteriza-se pela vitaliciedade.
- b) Caracteriza-se pela hereditariedade.
- c) Caracteriza-se pelo exercício do poder político de maneira transitória.
- d) Sempre foi a forma de governo adotada no Brasil.
- e) Não permite a construção de um processo eleitoral.

Gabarito: C

A **alternativa C** está **CERTA**. A forma de governo determina como se atinge o poder e disciplina a relação entre aqueles que governam o Estado e os governados.

A forma de governo determina como se atinge o poder e disciplina a relação entre aqueles que governam o Estado e os governados. Vejamos as características da República:

- (i) **O exercício do poder político é transitório**, em mandatos fixos, com renovações periódicas. É por isso, por exemplo, que temos eleições a cada 4 anos.
- (ii) Os governantes são escolhidos pelo povo, por intermédio do voto.
- (iii) Qualquer cidadão tem a prerrogativa de participar da vida política em condições de igualdade, desde que preenchidos os requisitos previstos na legislação.

As **alternativas A, B e E** estão **ERRADAS**. Tanto a vitaliciedade quanto a hereditariedade, e a falta de um processo eleitoral são características da monarquia. A Monarquia caracteriza-se pela vitaliciedade e hereditariedade. Isso significa dizer que a pessoa do governante permanecerá no governo durante toda a sua vida, não havendo processo eleitoral e, com sua morte, assumem o poder os sucessores.

A **alternativa D** está **ERRADA**. No Brasil, a forma de governo adotada desde a independência (1822) até 1889 foi a monarquia. A proclamação da república se deu em 15 de novembro de 1889.

ÉTICA E INTEGRIDADE

Antônio Daud

08. No que se refere ao Sistema de integridade, transparência e acesso à informação (Sitai - Decreto 11.529/2023), é **INCORRETO** afirmar que:

- a) Entre os objetivos do Sistema de integridade, transparência e acesso à informação (Sitai) está o aumento na simetria de informações nas relações entre a administração pública federal e a sociedade.
- b) O Decreto 11.529, de 16 de maio de 2023, que dispõe sobre o Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação da



Administração Pública Federal e a Política de Transparência e Acesso à Informação, aplica-se às empresas públicas e sociedades de economia mistas federais que forem prestadoras de serviços públicos.

c) programa de integridade representa o conjunto de princípios, normas, procedimentos e mecanismos de prevenção, detecção e remediação de práticas de corrupção e fraude, de irregularidades, ilícitos e outros desvios éticos e de conduta, de violação ou desrespeito a direitos, valores e princípios que impactem a confiança, a credibilidade e a reputação institucional.

d) fazem parte do Sitai, na qualidade de setoriais, as unidades nos órgãos e nas entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional responsáveis pela gestão da integridade, da transparência e do acesso à informação.

E5) os sistemas de corregedoria, ouvidoria, controle interno, gestão da ética, transparência possuem funções de integridade.

Comentários

A **alternativa (A)** está correta, visto que são objetivos do Sitai (art. 4º):

I - **coordenar** e **articular** as atividades relativas à **integridade**, à **transparência** e ao **acesso à informação**;

II - **estabelecer padrões** para as práticas e as medidas de **integridade**, **transparência** e **acesso à informação**; e

III - **aumentar a simetria de informações** e dados nas relações entre a administração pública federal e a sociedade.

A **alternativa (B)** está incorreta. O item se equivoca, na medida em que o Decreto não alcança toda a Administração Pública, mas apenas a administração direta, autarquias e fundações (mas não as empresas públicas e sociedades de economia mista):

Art. 1º Este Decreto dispõe, no âmbito da administração pública federal **direta, autárquica e fundacional**, sobre:

I - o Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal; e

II - a Política de Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal.

A **alternativa (C)** está de acordo com a seguinte definição regulamentar:

Art. 3º, I - programa de integridade - conjunto de princípios, normas, procedimentos e mecanismos de prevenção, detecção e remediação de práticas de corrupção e fraude, de irregularidades, ilícitos e outros desvios éticos e de conduta, de violação ou desrespeito a direitos, valores e princípios que impactem a confiança, a credibilidade e a reputação institucional;

A **alternativa (D)** está de acordo com a estrutura do Sitai mencionada no art. 5º do Decreto.

A **alternativa (E)** está de acordo com a seguinte definição regulamentar do art. 3º:

funções de integridade	funções constantes nos sistemas de corregedoria, ouvidoria, controle interno, gestão da ética, transparência e outras essenciais ao funcionamento do programa de integridade
-------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

9. Assinale a alternativa INCORRETA quanto às qualidades da informação, segundo previsto na Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011):

a) Informação disponível é aquela que pode ser conhecida pelos indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados.

b) O acesso à informação compreende o direito de obter informação primária e atualizada, sendo que os portais de transparência ativa deverão manter atualizadas as informações disponíveis para acesso.



- c) Informação são dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção de conhecimento ou para sua transmissão.
- d) Informação íntegra é aquela que foi produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema.
- e) Primariedade é a qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações.

Gabarito: D

Comentários:

A **alternativa (A)** está correta. O art. 4º da LAI traz algumas definições importantes, dentre elas a de disponibilidade, contida no inciso VI. A alternativa traz a literalidade deste inciso.

A **alternativa (B)** está correta:

Art. 7º, IV - informação primária, íntegra, autêntica e atualizada;

A **alternativa (C)** está correta. Em seu inciso I do art. 4º da LAI, temos a definição de informação: “dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato;”

A **alternativa (D)** está incorreta. Esta definição é de autenticidade, e não de integridade:

Art. 4º, VII - autenticidade: qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema;

VIII - integridade: qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino;

A **alternativa (E)** está correta. A definição de primariedade está no art. 4º, inc. IX da LAI que versa “primariedade: qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações.”

DECRETO NO 1.171/1994; DECRETO NO 9.203

Tiago Zanolla

10. O exercício da função pública implica uma série de responsabilidades e comportamentos éticos por parte do servidor. Conforme descrito no Decreto n. 1.171/1994I, diversos princípios são destacados como essenciais na conduta do servidor público. Esses princípios incluem a moralidade, a eficácia, a consciência dos princípios morais, a honestidade, entre outros. Esses aspectos são fundamentais para a manutenção da confiança pública e o bom funcionamento da administração pública. Nesse contexto, analise as afirmativas a seguir e assinale a opção correta.

I. A dignidade e o decoro são aspectos secundários na conduta do servidor público, uma vez que seu papel principal é a execução eficiente das tarefas administrativas.

II. A conduta ética do servidor público não se limita à distinção entre o legal e o ilegal, envolvendo também a escolha entre o honesto e o desonesto.

III. A remuneração do servidor público, sendo oriunda dos tributos pagos pela população, exige um compromisso com a moralidade administrativa e a legalidade.

IV. A cortesia e o cuidado dedicados ao serviço público não influenciam a percepção da qualidade do serviço prestado ao cidadão.

V. Longas filas e atrasos na prestação dos serviços públicos são situações aceitáveis, desde que o servidor esteja cumprindo outras tarefas administrativas.

a) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.

b) Apenas as afirmativas I, IV e V estão corretas.

c) Todas as afirmativas estão corretas.

d) Apenas as afirmativas III, IV e V estão corretas.

e) Nenhuma das afirmativas está correta.

Gabarito: A

Comentários: Vejamos uma a uma:

As **afirmativas II e III estão corretas**, pois estão de acordo com o Decreto 1.171/1994.



Já o **item I está incorreto**, pois a dignidade e o decoro são primados maiores e não secundários.

O **item IV está incorreto**, pois a cortesia e o cuidado influenciam na percepção que o cidadão tem da qualidade do serviço.

O **item V também está incorreto**, pois filas não são aceitáveis.

TRANSPARÊNCIA E IMPARCIALIDADE NOS USOS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO ÂMBITO DO SERVIÇO PÚBLICO

Paolla Ramos

11. A Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial (EBIA) tem como ponto de partida a definição de objetivos estratégicos que levam em consideração todo o ecossistema tecnológico, e que poderão posteriormente ser desdobrados em ações específicas.

São objetivos da EBIA, EXCETO:

- a) Contribuir para a elaboração de princípios éticos para o desenvolvimento e uso de IA responsáveis
- b) Promover investimentos sustentados em pesquisa e desenvolvimento em IA
- c) Promover barreiras à inovação em IA
- d) Capacitar e formar profissionais para o ecossistema da IA.
- e) Estimular a inovação e o desenvolvimento da IA brasileira em ambiente internacional

Gabarito: C

Comentários:

A EBIA tem como ponto de partida a definição de objetivos estratégicos que levam em consideração todo o ecossistema tecnológico, e que poderão posteriormente ser desdobrados em ações específicas. Esta Estratégia será pautada pelos seguintes objetivos:

- Contribuir para a elaboração de princípios éticos para o desenvolvimento e uso de IA responsáveis.
- Promover investimentos sustentados em pesquisa e desenvolvimento em IA.
- Remover barreiras à inovação em IA.
- Capacitar e formar profissionais para o ecossistema da IA.
- Estimular a inovação e o desenvolvimento da IA brasileira em ambiente internacional.
- Promover ambiente de cooperação entre os entes públicos e privados, a indústria e os centros de pesquisas para o desenvolvimento da Inteligência Artificial.

Pessoal, como podem observar, trocamos apenas uma palavra e modificou completamente a assertiva C. Assim, o correto seria remover barreiras à inovação em IA e não promover barreiras à inovação em IA.

DIVERSIDADE E INCLUSÃO NA SOCIEDADE

Ricardo Torques

12. Em relação à proteção constitucional aos direitos dos grupos indígenas, assinale a alternativa correta:

- a) A demarcação das terras indígenas é de competência dos municípios.
- b) O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, vedada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.
- c) As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes
- d) Os índios, suas comunidades e organizações dependem da representação do Ministério Público para atuar em juízo em defesa de seus direitos e interesse.



e) As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios são de sua propriedade.

Gabarito: C

Comentários:

A **alternativa A** está **ERRADA**. Trata-se de competência da União.

Constituição Federal. Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

A **alternativa B** está **ERRADA**. Assegura-se às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

Constituição Federal. Art. 210. § 2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

A **alternativa C** está **CERTA**. Trata-se do disposto na Constituição Federal:

Constituição Federal. Art. 231. (...) § 2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

A **alternativa D** está **ERRADA**. Não há a referida dependência de representação do Ministério Público (MP).

Constituição Federal. Art. 232. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.

A **alternativa E** está **ERRADA**. As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios são bens da União. O que é assegurada é a posse permanente dessas populações.

Constituição Federal. Art. 20. São bens da União:

XI - as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.

13. Segundo a doutrina quatro elementos devem ser analisados para a conceituação da população quilombola. Dentre as alternativas abaixo, assinale aquela que não corresponde a um desses elementos.

- a) Passado histórico de resistência à opressão racial
- b) Cultura própria
- c) Relação especial com a terra.
- d) Auto-atribuição.
- e) Aspecto econômico dos imóveis ocupados.

Gabarito: E

Comentários:

Antes de avançarmos à assertiva, vejamos um conceito regulamentar de população quilombola, apresentado pelo Decreto nº 4.887/2003:

Decreto 4.887/2003. Art. 2º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

Do referido conceito, podemos extrair os elementos citados na questão.



Percebe-se, dessa maneira, que dentre as alternativas, apenas a **ALTERNATIVA E** não corresponde a um dos elementos, motivo pelo qual deveria ser assinalada!

APROFUNDANDO OS ELEMENTOS:



- No que diz respeito ao **primeiro elemento**, deve ser verificado se a comunidade é marcada por uma trajetória histórica específica, relacionada à **resistência e opressão contra os negros**.
- Ademais, é fundamental que essa comunidade **possua traços culturais próprios**, como modos de criar, fazer e viver peculiares.
- No que diz respeito à territorialidade, traço distintivo dessas comunidades, é a **existência de uma relação próxima do quilombo com a terra**, para além do aspecto meramente econômico do imóvel.
- Finalmente, no que atine à auto-atribuição, refere-se à percepção dos integrantes da comunidade têm em relação à própria identidade étnica. Vale dizer, reconhecem-se como uma comunidade quilombola, nos termos que definimos acima

14. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças:

- a) Até 5 (cinco) anos de idade.
- b) Até 6 (seis) anos de idade.
- c) Até 10 (dez) anos de idade.
- d) Até 4 (quatro) anos de idade.
- e) Até 7 (sete) anos de idade.

Gabarito: A

Comentários:

Para resolver a questão, era necessário conhecer o seguinte dispositivo da Constituição Federal:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até **5 (cinco) anos de idade**.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

Herbert Almeida

15. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

- a) os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros e estrangeiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei.
- b) a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei.
- c) as funções de confiança e os cargos em comissão devem ser preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinando-se às atribuições técnico-burocráticas e de direção, chefia e assessoramento.
- d) é vedado ao servidor público civil o exercício do direito de greve.
- e) os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.

Gabarito: E

Comentários: Letra a: Errada. A redação do art. 37, I da CF/88 diz que “os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei”. Assim, o entendimento é de que, para os brasileiros, a regra é a ampla acessibilidade. Dessa forma, sempre que os brasileiros preencherem os requisitos legais, poderão ter acesso aos cargos, empregos ou funções públicas. Já para os estrangeiros, o dispositivo é norma de eficácia limitada, ou seja, os estrangeiros só terão acesso aos cargos e empregos públicos na forma da lei.



Letra b: Errada. Nos termos do art. 37, II da CF/88, a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de **provas ou de provas e títulos** (e não somente provas ou somente títulos, como faz parecer a assertiva), de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

Letra c: Errada. A redação do art. 37, V da CF/88 diz assim: “as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento”. Então, há uma diferença entre função de confiança, que é exercida exclusivamente por servidores efetivos, e os cargos em confiança, que são de livre nomeação e exoneração e que podem ser preenchidos por servidores de carreira. Além disso, as funções desses cargos são **apenas** as de direção, chefia e assessoramento. As atribuições técnico-burocráticas são aquelas destinadas aos servidores concursados.

Letra d: Errada. A CF/88 diz que o direito de greve será exercido **nos termos e nos limites definidos em lei específica** (art. 37, VII). Apesar de essa lei específica ainda não ter sido editada, o STF assegura o exercício do referido direito pelos servidores públicos utilizando como parâmetro a Lei Geral de Greve, até que a norma própria seja editada.

Letra e: **Certa**. Essa é a exata redação do art. 37, XII.

16. O Decreto-Lei no 200, de 25 de fevereiro de 1967 – Estatuto da Reforma Administrativa, classificou a administração federal em direta e indireta. A respeito do regime jurídico aplicável a tais órgãos e entidades, assinale a opção correta:

a) é vedado ao Presidente da República, aos Ministros de Estado e, em geral, às autoridades da Administração Federal delegar competência para a prática de atos administrativos.

b) cabe ao Poder Executivo a regulação da estruturação, das atribuições e do funcionamento dos órgãos da Administração Federal, respeitada a competência constitucional do Poder Legislativo.

c) todo e qualquer órgão da Administração Federal, direta ou indireta, está sujeito à supervisão do Ministro de Estado competente, inclusive a Presidência da República.

d) as autarquias são conceituadas como o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira centralizada.

e) quando as sociedades de economia mista atuarem em regime de monopólio estatal, a maioria acionária caberá à União ou a entidade da Administração Indireta, em caráter permanente.

Gabarito: B

Comentários: Letra a: Errada. O DL diz, no art. 12, que “é facultado ao Presidente da República, aos Ministros de Estado e, em geral, às autoridades da Administração Federal delegar competência para a prática de atos administrativos”.

Letra b: Certa. O art. 3º prevê que, respeitada a competência constitucional do Poder Legislativo, o Poder Executivo regulará a estruturação, as atribuições e o funcionamento dos órgãos da Administração Federal.

Letra c: Errada. Nos termos do art. 19, todo e qualquer órgão da Administração Federal, direta ou indireta, está sujeito à supervisão do Ministro de Estado competente, **excetuados** unicamente os órgãos que estão submetidos à supervisão direta do Presidente da República.

Letra d: Errada. Considera-se autarquia o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade



jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira **descentralizada** (art. 5º, I).

Letra e: Errada. O DL diz que uma sociedade de Economia Mista é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei para a exploração de atividade econômica, sob a forma de sociedade anônima, **cuas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União ou a entidade da Administração Indireta** (art. 5º, III). Contudo, o §1º do mesmo artigo dispõe que, quando a atividade for submetida a regime de monopólio estatal, a maioria acionária caberá **apenas à União**, em caráter permanente.

17. De acordo com a Lei Federal no 8.112/90, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias Federais e das Fundações Públicas Federais, a exoneração de cargo efetivo ocorrerá:

- a) apenas nos casos em que haja pedido expreso do servidor.
- b) de ofício, a juízo da autoridade competente.
- c) a pedido, quando não satisfeitas as condições do estágio probatório.
- d) de ofício, quando o servidor tomar posse, mas não entrar em exercício dentro do prazo.
- e) quando for extinto o cargo ocupado por servidor estável.

Gabarito: D

Comentários: Letra a: Errada. A exoneração de cargo efetivo dar-se-á a pedido do servidor, ou de ofício (art. 34).

Letra b: Errada. A lei não prevê essa modalidade de exoneração de ofício para os ocupantes de cargos efetivos (apenas para cargo em comissão ou função de confiança).

Letra c: Errada. Quando não satisfeitas as condições do estágio probatório, o servidor será exonerado de ofício (art. 34, parágrafo único, I).

Letra d: Certa. A exoneração de ofício realmente ocorre quando, tendo tomado posse, o servidor não entrar em exercício no prazo estabelecido (art. 34, parágrafo único, II).

Letra e: Errada. Se o servidor é estável, quando o cargo for extinto, ele será colocado em disponibilidade até o seu adequado aproveitamento em outro cargo (CF, art. 41, § 3º)

FINANÇAS PÚBLICAS

Amanda Aires

18. A função desenvolvida pelo Estado com o objetivo de assegurar o ajustamento necessário na apropriação de recursos na economia, visando a correção dentre outras falhas de mercado, das externalidades que fazem com que os preços não reflitam as decisões econômicas, e que por isso abre espaço para a intervenção do governo na economia é denominada função

- a) normativa.
- b) distributiva.
- c) estabilizadora.
- d) administrativa.
- e) alocativa.

Gabarito: E

Comentários: É a função alocativa que busca corrigir as falhas de mercado dentro da economia por meio da provisão de bens de utilidade pública.

19. Se o governo, ao atuar via função estabilizadora decide realizar unicamente uma redução dos gastos públicos:

- a) Reduz a renda de equilíbrio da economia;
- b) aumenta o multiplicador de gastos da economia aberta;
- c) reduz as exportações;



d) torna o multiplicador do orçamento desequilibrado;

e) eleva o déficit da balança comercial.

Gabarito: A

Comentários:

Se trata de uma política fiscal retracionista. Essa política é utilizada para conter a alta de preços.

NOÇÕES DE ORÇAMENTO PÚBLICO

Leandro Ravyelle

20. Acerca do que dispõe a inovação orçamentária no Sistema Governamental brasileiro, julgue os itens a seguir:

I. A dimensão operacional no sistema orçamentário compreende o conjunto de ações orçamentárias incluídas na Lei Orçamentária Anual (LOA), bem como ações não orçamentárias.

II. Agenda transversal é o conjunto de atributos que encaminha problemas complexos de políticas públicas, podendo contemplar aquelas focalizadas em públicos-alvo ou temas específicos, que necessitam de uma abordagem multidimensional e integrada por parte do Estado para serem encaminhados de maneira eficaz e efetiva.

III. A visão de futuro 2027 e os indicadores-chave nacionais a ela vinculados (Key National Indicators), bem como suas metas, em sistema de bandas.

IV. As ações orçamentária orientam as diretrizes governamentais.

Está incorreto o que consta em:

- a) II e IV, apenas
- b) IV, apenas
- c) III e IV, apenas
- d) I, apenas
- e) III, apenas

Gabarito: B

I. CERTO

Conforme o Manual de Elaboração do PPA 2024-2027, a dimensão operacional compreende o conjunto de ações orçamentárias incluídas na Lei Orçamentária Anual (LOA), bem como ações não orçamentárias. Essa dimensão extrapola o conteúdo do PPA, sendo incluída apenas no âmbito do monitoramento. É possível adiantar, no entanto, que os Programas serão desdobrados em Ações Orçamentárias e Não Orçamentárias, ambas contribuindo para o alcance dos objetivos dos Programas.

II. CERTO

Conforme o Manual de Elaboração do PPA 2024-2027, **Agenda transversal** é o conjunto de atributos que encaminha problemas complexos de políticas públicas, podendo contemplar aquelas focalizadas em públicos-alvo ou temas específicos, que necessitam de uma abordagem multidimensional e integrada por parte do Estado para serem encaminhados de maneira eficaz e efetiva.



III. CERTO

Conforme o MT-PPA 2024-2027, os principais elementos que compõem a estratégia do Governo (dimensão estratégica):

- A visão de futuro 2027 e os indicadores-chave nacionais a ela vinculados (Key National Indicators), bem como suas metas, em sistema de bandas.
- Os valores e as diretrizes que orientam a ação governamental.
- Os eixos temáticos em torno dos quais o PPA organiza a compreensão da realidade brasileira.
- As grandes escolhas, representadas pelos objetivos estratégicos associados a cada eixo, com seus respectivos indicadores e metas. Esses elementos apontam as grandes direções para a elaboração das políticas públicas e os programas deste PPA.



IV. ERRADO

São os valores e as diretrizes que orientam a ação governamental.

GESTÃO GOVERNAMENTAL*Stefan Fantini*

21. O planejamento realizado pelo nível institucional, que envolve a organização como um todo, e tem foco no longo prazo é o

- a) planejamento estratégico
- b) planejamento tático
- c) planejamento operacional
- d) planejamento intermediário
- e) planejamento gerencial

Gabarito: A

Comentários:

É o planejamento **estratégico** que é realizado no nível institucional ou estratégico, pela alta cúpula da organização (presidentes e diretores). Ele envolve a organização como um todo e tem por objetivo nortear os caminhos que a organização deve seguir. O planejamento estratégico é voltado para o longo prazo.

Portanto, o gabarito é a letra A.

22. A matriz SWOT, ferramenta utilizada em planejamentos estratégicos, busca mapear tanto oportunidades e ameaças, elementos relacionados ao _____ da organização, quanto forças e fraquezas, os quais estão relacionados ao _____ da organização.

As palavras que preenchem corretamente às lacunas são, respectivamente:

- a) ambiente físico; ambiente político.
- b) ambiente interno; ambiente externo.
- c) ambiente estrutural; ambiente sociológico.
- d) ambiente externo; ambiente interno.
- e) ambiente interno; ambiente social.

Gabarito: D

Comentários:

A matriz SWOT é utilizada para buscar entender a “posição atual” da organização. Consiste, basicamente, na análise do **ambiente interno** (forças e fraquezas) e do **ambiente externo** (ameaças e oportunidades).

Portanto, as oportunidades e ameaças estão relacionada à dimensão **externa** da organização, enquanto as forças e fraquezas estão relacionadas à dimensão **interna** da organização.

Dessa forma, o gabarito é a letra D.

23. De acordo com o Guia PMBOK, o gerenciamento do(da) _____ do projeto inclui os processos necessários para assegurar que o projeto inclui todo o trabalho necessário, e apenas o necessário, para terminar o projeto com sucesso. Indique a alternativa que preenche corretamente a lacuna.

- a) integração
- b) escopo
- c) custo
- d) qualidade
- e) riscos

Gabarito: B

Comentários:

É o **gerenciamento do escopo** do projeto inclui os processos necessários para assegurar que o projeto inclui todo o trabalho necessário, e apenas o necessário, para terminar o projeto com sucesso. Ou seja, o objetivo é definir exatamente quais são os processos e atividades necessárias à execução e conclusão eficaz do projeto, com o objetivo de evitar que “atividades desnecessárias” sejam incluídas no projeto.



GESTÃO DE RISCOS*Elisabete Moreira*

24. Para realizar a gestão de riscos de quaisquer objetos, algumas etapas devem ser seguidas, como o estabelecimento do contexto, a identificação dos riscos, a análise, avaliação e o tratamento dos riscos, além da comunicação e consulta às partes interessadas e o monitoramento e a melhoria contínua. A etapa do processo de gestão de riscos no qual realiza-se o desenvolvimento sobre o risco e a determinação do nível de risco é denominada.

- a) Estabelecimento do contexto
- b) Identificação de riscos
- c) Análise de riscos
- d) Avaliação de riscos
- e) Tratamento de riscos

Gabarito: E

Comentários:

- a) Errado. O estabelecimento do contexto implica na articulação de objetivos, na definição de parâmetros internos e externos e no estabelecimento de escopo e critérios para o processo de gestão dos riscos.
- b) Errado. A identificação de riscos envolve é o processo de busca, reconhecimento e descrição dos riscos, tendo por base o contexto estabelecido e apoiando-se na comunicação e consulta às partes interessadas
- c) Certo. A análise de riscos é uma função da probabilidade de ocorrência e do impacto das consequências.
- d) Errado. A avaliação de riscos é a etapa em que, a partir da análise dos riscos, ocorre a determinação e priorização de quais riscos necessitam de tratamento.
- e) Errado. O tratamento de riscos é a seleção de uma ou mais opções para modificar o nível de cada risco que implicará em novos controles ou na modificação dos controles existentes

25. O modelo das três linhas de defesa foi difundido a partir da publicada pelo Instituto dos Auditores Internos com o objetivo de estabelecer os papéis e responsabilidades essenciais de cada gestor dentro da organização para protegê-la dos riscos por meio de uma estrutura adequada de governança. A segunda linha de defesa possui o papel de coordenar as atividades de gestão de riscos, orientar e monitorar a implementação de suas práticas apoiar a definição de metas de exposição a risco, monitorar riscos específicos, bem como ajudar a definir controles e monitorar os riscos e controles da primeira linha de defesa. Nesse caso, a segunda linha de defesa pode ser representada por

- a) auditoria interna
- b) gestores de nível operacional
- c) compliance
- d) auditoria externa
- e) comitê de auditoria

Gabarito: C

Comentários:

- a) Errado. A auditoria interna faz parte da 3ª linha de defesa.
- b) Errado. Os gestores operacionais compõem a 1ª linha de defesa.
- c) Certo. A segunda linha de defesa é composta da supervisão e o monitoramento e o compliance é quem cuida da verificação da conformidade.
- d) Errado. A auditoria externa pode ser considerada linha adicional de defesa.
- e) Errado. O comitê de auditoria é uma instância de governança que tem a responsabilidade de assegurar a existência, o monitoramento e a avaliação de um sistema efetivo de gestão de riscos



26. Existem muitos referenciais que tratam de metodologias de gestão de riscos estabelecendo padrões e boas práticas internacionalmente reconhecidas. No entanto, a gestão de riscos deve levar em consideração as necessidades específicas da organização em face dos objetivos que dão suporte à sua missão e dos riscos associados. O novo padrão de gerenciamento de risco ISO 31000, lançado em 2018, é um dos referenciais mais utilizados no Brasil e apresenta como princípios orientadores da gestão de riscos

- a) melhoria contínua, dinâmica, avaliação.
- b) integrada, melhoria contínua, implementação.
- c) avaliação, melhoria, liderança e comprometimento.
- d) concepção, inclusiva, fatores humanos e culturais
- e) dinâmica, estruturada e abrangente, personalizada,

Gabarito: E

Comentários:

- a) Errado. Avaliação é estrutura.
- b) Errado. Implementação é estrutura.
- c) Errado. Avaliação, melhoria e liderança e comprometimento é estrutura.
- d) Errado. Concepção é estrutura.
- e) Certo. Todos são princípios a serem seguidos na gestão de riscos.

SUSTENTABILIDADE DAS CONTRATAÇÕES

André Rocha

27. Sobre aspectos de sustentabilidade nas contratações públicas, assinale a alternativa incorreta.

- a) Incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável é um dos objetivos do processo licitatório.
- b) Os anteprojetos de engenharia e os projetos básicos devem considerar o impacto ambiental do empreendimento.

c) Os critérios de julgamento das propostas podem considerar os custos indiretos, relacionados com, entre outros fatores vinculados ao seu ciclo de vida, o impacto ambiental do objeto lícitado.

d) O estudo técnico preliminar deve considerar a descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos

e) No processo de licitação, deve ser estabelecida margem de preferência para bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis.

Gabarito: E

Comentário:

A **alternativa A** está correta, conforme previsto no art. 11, IV, da Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021):

Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:

I - assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;

II - assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição;

III - evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos;

IV - incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.

A **alternativa B** está correta, conforme art. 6º, XXIV, “e”, XXV, da Lei de Licitações:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

XXIV - anteprojeto: peça técnica com todos os subsídios necessários à elaboração do projeto básico, que deve conter, no mínimo, os seguintes elementos:

a) demonstração e justificativa do programa de necessidades, avaliação de demanda do público-alvo, motivação técnico-econômico-social do



empreendimento, visão global dos investimentos e definições relacionadas ao nível de serviço desejado;

b) condições de solidez, de segurança e de durabilidade;

c) prazo de entrega;

d) estética do projeto arquitetônico, traçado geométrico e/ou projeto da área de influência, quando cabível

e) **parâmetros de adequação ao interesse público, de economia na utilização, de facilidade na execução, de impacto ambiental e de acessibilidade;**

(...)[

XXV - **projeto básico**: conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra ou o serviço, ou o complexo de obras ou de serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegure a viabilidade técnica e o **adequado tratamento do impacto ambiental** do empreendimento e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, devendo conter os seguintes elementos: (...)

A **alternativa C** está **correta**, conforme art. 34, § 1º, da Lei de Licitações:

Art. 34. O julgamento por menor preço ou maior desconto e, quando couber, por técnica e preço considerará o menor dispêndio para a Administração, atendidos os parâmetros mínimos de qualidade definidos no edital de licitação.

§ 1º Os custos indiretos, relacionados com as despesas de manutenção, utilização, reposição, depreciação e **impacto ambiental** do objeto licitado, entre outros fatores vinculados ao seu **ciclo de vida**, poderão ser considerados para a definição do menor dispêndio, sempre que objetivamente mensuráveis, conforme disposto em regulamento.

A **alternativa D** está **correta**, conforme previsto no art. 18, § 1º, XII:

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em **estudo técnico preliminar** que caracterize o interesse público envolvido;

(...)

§ 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:

(...)

XII - descrição de possíveis **impactos ambientais** e respectivas **medidas mitigadoras**, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável.

Lembrando que o estudo técnico preliminar é um documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação.

A **alternativa E** está **errada** e é o nosso gabarito. Segundo o art. 26, II, a margem de preferência para tais bens é uma faculdade, não uma obrigatoriedade como faz entender a questão:

Art. 26. No processo de licitação, poderá ser estabelecida margem de preferência para:

I - bens manufaturados e serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras;



II - bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis, conforme regulamento.

Inclusive, essa margem de preferência é regulamentada pelo recente Decreto nº 11.890, de 22 de janeiro de 2024.

CONTROLES INTERNO E EXTERNO E LGPD

Antônio Daud

28. Em relação à centralização das compras e ao controle das contratações públicas, assinale a alternativa em DESACORDO com a Lei 14.133/2021:

- a) Os entes federativos instituirão centrais de compras, com o objetivo de realizar compras em grande escala, para atender a diversos órgãos e entidades sob sua competência e atingir as finalidades desta Lei.
- b) No caso dos Municípios com até 10.000 habitantes, serão preferencialmente constituídos consórcios públicos para a realização das atividades de centralização de compras, objetivando realizar compras em grande escala.
- c) O plano de contratações anual representa importante mecanismo de planificação das compras governamentais, o qual deverá ser mantido sob sigilo por cada ente federativo, a fim de impedir a ocorrência de conflito de interesses.
- d) A segunda linha de defesa das contratações é integrada pelas unidades de assessoramento jurídico e de controle interno do próprio órgão ou entidade.
- e) No âmbito do Poder Executivo Federal, a terceira linha de defesa é integrada pela Controladoria-Geral da União (CGU) e pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Gabarito: C

Comentários:

As **alternativas (A) e (B)** estão corretas:

Lei 14.133/2021, art. 181. Os entes federativos instituirão centrais de compras, com o objetivo de

realizar compras em grande escala, para atender a diversos órgãos e entidades sob sua competência e atingir as finalidades desta Lei.

Parágrafo único. No caso dos Municípios com até 10.000 (dez mil) habitantes, serão preferencialmente constituídos consórcios públicos para a realização das atividades previstas no caput deste artigo, nos termos da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005.

A **alternativa (C)** está incorreta, visto que o PCA deve ser **divulgado** e mantido à **disposição do público**:

Lei 14.133/2021, Art. 12, § 1º O plano de contratações anual de que trata o inciso VII do **caput** deste artigo deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial e será observado pelo ente federativo na realização de licitações e na execução dos contratos.

Por fim, as **alternativas (D) e (E)** estão de acordo com as definições de linhas de defesa do art. 169 da nova lei de licitações:

Lei 14.133/2021, Art. 169. As contratações públicas deverão submeter-se a práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo, inclusive mediante adoção de recursos de tecnologia da informação, e, além de estar subordinadas ao controle social, sujeitar-se-ão às seguintes linhas de defesa:

- I - primeira linha de defesa, integrada por servidores e empregados públicos, agentes de licitação e autoridades que atuam na estrutura de governança do órgão ou entidade;
- II - segunda linha de defesa, integrada pelas unidades de assessoramento jurídico e de controle interno do próprio órgão ou entidade;
- III - terceira linha de defesa, integrada pelo órgão central de controle interno da Administração e pelo tribunal de contas.



29. A atuação administrativa do Estado sujeita-se a diversas formas de controle, internos ou externos. A respeito deste tema, assinale a alternativa correta:

- a) o controle interno-administrativo dos órgãos federais é desempenhado por meio do Tribunal de Contas da União.
- b) os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade subsidiária.
- c) o controle judicial examina, sob a ótica da conveniência e da oportunidade, ato administrativo pela Administração.
- d) o controle administrativo pode ser exercido por qualquer dos Poderes e deriva do princípio da autotutela, permitindo a revogação dos atos inconvenientes ou inoportunos e a anulação daqueles que se mostrarem em desconformidade com a lei.
- e) os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma independente e estanque, sistema de controle interno.

Gabarito: D

Comentários:

A **alternativa (A)** está incorreta, pois menciona a definição de controle legislativo (e não administrativo).

A **alternativa (B)** está incorreta, pois é solidária a responsabilidade:

CF, Art. 74, § 1º Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de **responsabilidade solidária**.

A **alternativa (C)** está incorreta, visto que o controle judicial limita-se a controle de legalidade (e nunca de mérito).

Por sua vez, a **alternativa (D)** está correta. O **controle administrativo**, de fato, manifesta o **princípio da**

autotutela, porquanto diz respeito à avaliação realizada pela própria administração pública que praticou o ato. Insere-se, portanto, no âmbito da própria função administrativa e pode ser desempenhado por qualquer dos Poderes, sendo típico do Poder Executivo e atípico, nos demais.

Por fim, a **alternativa (E)** está incorreta:

CF, art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, **de forma integrada**, sistema de controle interno.

30. De acordo com o previsto as regras aplicáveis à atividade de tratamento de dados realizada pelo poder público, assinale a alternativa que CONTRARIA a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/2018):

- a) sociedades de economia mista e empresas públicas sempre deverão seguir as mesmas regras de tratamento de dados pessoais aplicáveis aos órgãos e às demais entidades do Poder Público.
- b) nos casos de execução descentralizada de atividade pública exigindo transferência de dados, o uso compartilhado de dados pessoais de pessoa jurídica de direito público a pessoa de direito privado não necessita ser informado à autoridade nacional ou de consentimento do titular.
- c) quando a própria Lei dispensar o consentimento do titular, o uso compartilhado de dados pessoais de pessoa jurídica de direito público a pessoa de direito privado não necessita ser informado à autoridade nacional ou de consentimento do titular.
- d) os dados deverão ser mantidos pelo poder público em formato interoperável e estruturado para o uso compartilhado, com vistas à execução de políticas públicas, à prestação de serviços públicos, à descentralização da atividade pública e à disseminação e ao acesso das informações pelo público em geral.
- e) a autoridade nacional de proteção de dados poderá solicitar, a qualquer momento, aos entes



públicos a realização de operações de tratamento de dados pessoais.

Gabarito: A

Comentários:

A **alternativa (A)** está incorreta, pois somente serão aplicáveis as mesmas regras se forem operacionalizar políticas públicas:

Art. 24, Parágrafo único. As empresas públicas e as sociedades de economia mista, quando estiverem operacionalizando políticas públicas e no âmbito da execução delas, terão o mesmo tratamento dispensado aos órgãos e às entidades do Poder Público, nos termos deste Capítulo.

As **letras (B) e (C)** estão corretas, pois encontram-se previstas no rol do art. 27 da LGPD:

Art. 27. A comunicação ou o uso compartilhado de dados pessoais de pessoa jurídica de direito público a pessoa de direito privado será informado à autoridade nacional e dependerá de consentimento do titular, exceto:

I - nas hipóteses de dispensa de consentimento previstas nesta Lei;

II - nos casos de uso compartilhado de dados, em que será dada publicidade nos termos do inciso I do caput do art. 23 desta Lei; ou

III - nas exceções constantes do § 1º do art. 26 desta Lei. (execução descentralizada, dados acessíveis publicamente, previsão legal ou contratual, e prevenção de fraudes)

Parágrafo único. A informação à autoridade nacional de que trata o caput deste artigo será objeto de regulamentação. (Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019) Vigência

Por fim, as **letras (D) e (E)** também estão corretas:

Art. 29. A autoridade nacional poderá solicitar, a qualquer momento, aos órgãos e às entidades do poder público a realização de operações de tratamento de dados pessoais, informações específicas sobre o âmbito e a natureza dos dados e outros detalhes do tratamento realizado e poderá

emitir parecer técnico complementar para garantir o cumprimento desta Lei. (..)

Art. 25. Os dados deverão ser mantidos em formato interoperável e estruturado para o uso compartilhado, com vistas à execução de políticas públicas, à prestação de serviços públicos, à descentralização da atividade pública e à disseminação e ao acesso das informações pelo público em geral.

POLÍTICA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Jonathan Roitman

31. A Constituição Federal traz em seu texto os ditames acerca da ciência, tecnologia e inovação. O art. 218 assevera que o Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação. Sobre o tema, é correto afirmar que:

a) A pesquisa científica básica e tecnológica receberá incentivo e tratamento comum do Estado, tendo em vista o bem público e o progresso da ciência, tecnologia e inovação.

b) A pesquisa tecnológica voltar-se-á preponderantemente para a solução dos problemas brasileiros e para o desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional.

c) O Estado apoiará a formação de recursos humanos nas áreas de ciência, pesquisa, tecnologia e inovação, inclusive por meio do apoio às atividades de extensão tecnológica, porém não se concederá aos que delas se ocupem meios e condições especiais de trabalho.

d) A lei apoiará e estimulará as empresas que invistam em pesquisa, criação de tecnologia adequada ao País, formação e aperfeiçoamento de seus recursos humanos e que pratiquem sistemas de remuneração que assegurem ao empregado, vinculada do salário, participação nos ganhos econômicos resultantes da produtividade de seu trabalho.



e) É obrigatório aos Estados e ao Distrito Federal vincular parcela de sua receita orçamentária a entidades públicas de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica.

Gabarito: B

Comentários:

Letra a: errada. A Constituição diz que a pesquisa científica básica e tecnológica receberá tratamento prioritário do Estado.

Letra b: correta. A previsão constitucional traz a pesquisa voltada, principalmente, para questões internas no país.

Letra c: errada. A carta magna afirma que justamente se concederá aos que delas se ocupem meios e condições especiais de trabalho.

Letra d: errada. Pegadinha! A participação nos ganhos econômicos resultantes da produtividade de seu trabalho seria desvinculada do salário.

Letra e: errada. Não é obrigatório, é facultativo.

LEGISLAÇÃO SOBRE DIREITOS AUTORAIS, PROPRIEDADE INTELECTUAL E INDUSTRIAL E PATRIMÔNIO DE AFETAÇÃO DE INCORPORAÇÕES IMOBILIÁRIAS, LETRA DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO, CÉDULA DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO, CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO. LEI Nº 10.931/2004 E ALTERAÇÕES

Cadu Carrilho

32. Em relação à Cédula de Crédito Bancário, título de crédito com legislação própria, marque a opção que coaduna com a legislação:

a) A Cédula de Crédito Bancário é título de crédito emitido, somente por pessoa física, em favor de instituição financeira ou de entidade a esta equiparada, representando promessa de pagamento em dinheiro, decorrente de operação de crédito, de qualquer modalidade.

b) A instituição credora da cédula de crédito bancário deve integrar o Sistema Financeiro Nacional, não sendo admitida a emissão da cédula

em favor de instituição domiciliada no exterior, já que é um título de crédito eminentemente nacional.

c) A Cédula de Crédito Bancário é título executivo extrajudicial e representa dívida em dinheiro, certa, líquida e exigível, e seu valor será fixo nos termos disposto no próprio título.

d) A Cédula de Crédito Bancário poderá ser emitida, com ou sem garantia, real ou fidejussória, cedularmente constituída.

e) A Cédula de Crédito Bancário é título executivo extrajudicial, exigível pelo valor apurado de acordo com as cláusulas e condições pactuadas no contrato que lhe deu origem.

Gabarito: D

Comentários:

Trata-se a cédula de crédito bancária de um título de crédito com previsão na Lei 10.931

Letra a: errada. A cédula de crédito é um título que pode ser emitido tanto por pessoa física como por pessoa jurídica.

Art. 26. A Cédula de Crédito Bancário é título de crédito emitido, por pessoa física ou jurídica, em favor de instituição financeira ou de entidade a esta equiparada, representando promessa de pagamento em dinheiro, decorrente de operação de crédito, de qualquer modalidade.

Letra b: errada. É possível sim que a cédula de crédito bancária seja emitida em favor de instituição domiciliada no exterior sim.

§ 1º A instituição credora deve integrar o Sistema Financeiro Nacional, sendo admitida a emissão da Cédula de Crédito Bancário em favor de instituição domiciliada no exterior, desde que a obrigação esteja sujeita exclusivamente à lei e ao foro brasileiros.

Letra c: errada. Há mais de uma maneira de determinar o valor a ser cobrado em uma cédula bancária, pode ser pelo valor indicado no próprio título ou pode ser pelo saldo demonstrado em planilha ou extrato da conta corrente.



Art. 28. A Cédula de Crédito Bancário é título executivo extrajudicial e representa dívida em dinheiro, certa, líquida e exigível, seja pela soma nela indicada, seja pelo saldo devedor demonstrado em planilha de cálculo, ou nos extratos da conta corrente, elaborados conforme previsto no § 2º.

Letra d: correta. Essa está totalmente de acordo com a lei a respeito das garantias ou não que podem existir na emissão da cédula bancária.

Art. 27. A Cédula de Crédito Bancário poderá ser emitida, com ou sem garantia, real ou fidejussória, cedularmente constituída.

Letra e: errada. Essa previsão na verdade consta como regra aplicável à Cédula de Crédito Imobiliário, sendo um título também regido pela Lei 10.931.

Art. 20. A CCI é título executivo extrajudicial, exigível pelo valor apurado de acordo com as cláusulas e condições pactuadas no contrato que lhe deu origem.

POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Nicolle Fridlund

33. A política agrícola encontra-se definida pela Lei nº 8.171/91, conhecida como Lei Agrícola, onde estão fixados os fundamentos, definidos os objetivos e as competências institucionais, bem como previstos os recursos e indicadas suas ações e instrumentos de realização, relativamente às atividades agropecuárias, agroindustriais e de planejamento das atividades pesqueira e florestal. Sobre esse tema, leia as afirmativas abaixo e depois marque a alternativa correta:

I – A iniciativa privada exercerá função de planejamento, que será determinante para o setor público e indicativo para o setor privado, destinado a promover, regular, fiscalizar, controlar, avaliar atividade e suprir necessidades, visando assegurar o incremento da produção e da produtividade agrícolas, a regularidade do abastecimento interno,

especialmente alimentar, e a redução das disparidades regionais.

II – Um dos objetivos da política agrícola é melhorar a renda e a qualidade de vida no meio rural.

III – A defesa agropecuária tem somente dois objetivos, porém fundamentais para o país, que incluem assegurar a sanidade das populações vegetais e a saúde dos rebanhos animais.

IV - O planejamento agrícola; a pesquisa agrícola tecnológica; a assistência técnica e extensão rural; proteção do meio ambiente, conservação e recuperação dos recursos naturais e a defesa da agropecuária são algumas das ações e instrumentos de política agrícola.

a) As afirmativas I, II e IV estão corretas.

b) Somente a afirmativa I está incorreta.

c) As afirmativas I e III estão corretas.

d) As afirmativas II e IV estão corretas.

e) Todas as afirmativas estão corretas.

Gabarito: d

Comentário:

I – ~~a iniciativa privada~~ **(O Estado)** exercerá função de planejamento, que será determinante para o setor público e indicativo para o setor privado, destinado a promover, regular, fiscalizar, controlar, avaliar atividade e suprir necessidades, visando assegurar o incremento da produção e da produtividade agrícolas, a regularidade do abastecimento interno, especialmente alimentar, e a redução das disparidades regionais.

Errada, conforme Art. 3º da Lei nº 8.171/91: *São objetivos da política agrícola:*

I - na forma como dispõe o art. 174 da Constituição, o Estado exercerá função de planejamento, que será determinante para o setor público e indicativo para o setor privado, destinado a promover, regular, fiscalizar, controlar, avaliar atividade e suprir necessidades, visando assegurar o incremento da produção e da produtividade agrícolas, a regularidade do abastecimento



interno, especialmente alimentar, e a redução das disparidades regionais;

II – Certa, conforme Art. 3º da Lei nº 8.171/91: *São objetivos da política agrícola:*

XVII – *melhorar a renda e a qualidade de vida no meio rural.*

III – A defesa agropecuária ~~tem somente dois objetivos~~, porém fundamentais para o país, que incluem assegurar a sanidade das populações vegetais e a saúde dos rebanhos animais.

Errada, conforme Art. 27-A da Lei nº 8.171/91: *São objetivos da defesa agropecuária assegurar:*

I – a sanidade das populações vegetais;

II – a saúde dos rebanhos animais;

III – a idoneidade dos insumos e dos serviços utilizados na agropecuária;

IV – a identidade e a segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos agropecuários finais destinados aos consumidores.

IV – Certa, conforme Art. 4º da Lei nº 8.171/91: *As ações e instrumentos de política agrícola referem-se a:*

I - planejamento agrícola;

II - pesquisa agrícola tecnológica;

III - assistência técnica e extensão rural;

IV - proteção do meio ambiente, conservação e recuperação dos recursos naturais;

V - defesa da agropecuária;

VI - informação agrícola;

VII - produção, comercialização, abastecimento e armazenagem;

VIII - associativismo e cooperativismo;

IX - formação profissional e educação rural;

X - investimentos públicos e privados;

XI - crédito rural;

XII - garantia da atividade agropecuária;

XIII - seguro agrícola;

XIV - tributação e incentivos fiscais;

XV - irrigação e drenagem;

XVI - habitação rural;

XVII - eletrificação rural;

XVIII - mecanização agrícola;

XIX - crédito fundiário.

Parágrafo único. Os instrumentos de política agrícola deverão orientar-se pelos planos plurianuais.



LEGISLAÇÃO AMBIENTAL E RESOLUÇÕES CONAMA

André Rocha

34. Assinale a alternativa correta acerca da legislação ambiental em vigor.

- a) Dentro da estrutura do Sistema Nacional do Meio Ambiente, tanto o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) quanto o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) exercem função de órgãos executores.
- b) O Licenciamento Ambiental é o ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente, estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental.
- c) No contexto do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), é chamada de zona de amortecimento a porção de ecossistemas naturais ou seminaturais, ligando unidades de conservação, que possibilitam entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais.
- d) Os consumidores, fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de pilhas e baterias são obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso.
- e) No Brasil, os serviços de transporte urbano são classificados quanto ao objeto em “coletivo” e “individual”.

Gabarito: A

Comentário:

A **alternativa A** está **correta** e é o nosso gabarito. De fato, tanto IBAMA quanto ICMBio são órgãos executores, conforme prevê o art. 6º da Lei nº 6.938/1981:

Art. 6º Os órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, bem como as fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, constituirão o Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, assim estruturado:

I - órgão superior: o Conselho de Governo, com a função de assessorar o Presidente da República na formulação da política nacional e nas diretrizes governamentais para o meio ambiente e os recursos ambientais;

II - órgão consultivo e deliberativo: o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), com a finalidade de assessorar, estudar e propor ao Conselho de Governo, diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida;

III - órgão central: a Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República, com a finalidade de planejar, coordenar, supervisionar e controlar, como órgão federal, a política nacional e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente (lembrando que, na verdade, o órgão central é o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima).

IV - órgãos executores: o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes, com a finalidade de executar e fazer executar a política e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente, de acordo com as respectivas competências;



V - *Órgãos Seccionais: os órgãos ou entidades estaduais responsáveis pela execução de programas, projetos e pelo controle e fiscalização de atividades capazes de provocar a degradação ambiental;*

VI - *Órgãos Locais: os órgãos ou entidades municipais, responsáveis pelo controle e fiscalização dessas atividades, nas suas respectivas jurisdições.*

A **alternativa B** está **errada**, pois o licenciamento é um procedimento administrativo, não um ato isolado. Trata-se de procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso.

A **alternativa C** está **errada**, pois trouxe o conceito de corredor ecológico, não de zona de amortecimento. Esta é o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade.

A **alternativa D** está **errada**, pois os consumidores não possuem o dever de implementar o sistema de logística reversa, apenas devem efetuar a devolução dos materiais sujeitos à logística reversa após o uso aos comerciantes ou distribuidores.

A **alternativa E** está **errada**. Segundo a Lei nº 12.587/2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, a classificação em “coletivo” e “individual” é relacionada à característica do serviço, não ao objeto (art. 3º, § 2º). Quanto ao objeto, os serviços de transporte urbano são classificados em “de passageiros” e “de cargas”. Por fim, quanto “à natureza do serviço”, a classificação prevista na lei é de “público” ou “privado”.

SISTEMA NACIONAL DE CADASTRO RURAL

Paulo Sousa

35. No que se refere às definições estabelecidas pelo Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/1964): I - "Minifúndio", o imóvel rural de área e possibilidades superiores às da propriedade familiar. II - Imóvel Rural" é o prédio rústico, de área contínua qualquer que seja a sua localização que se destina à exploração extrativa agrícola, pecuária ou agro-industrial, quer através de planos públicos de valorização, quer através de iniciativa privada. III - Não se considera latifúndio o imóvel rural, qualquer que seja a sua dimensão, cujas características recomendem, sob o ponto de vista técnico e econômico, a exploração florestal racionalmente realizada, mediante planejamento adequado. IV – Propriedade Familiar" é o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área mínima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros.

Aponte as assertivas corretas:

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) III e IV.
- d) I e IV.
- e) Nenhuma das alternativas

Gabarito: B

Comentário:

O **item I** está incorreto, segundo art. 4º, IV, da Lei 4.504/65: “Para os efeitos desta Lei, definem-se: (...) IV - "Minifúndio", o imóvel rural de área e possibilidades inferiores às da propriedade familiar;”

O **item II** está correto, conforme art. 4º, I, da Lei 4.504/65: “Para os efeitos desta Lei, definem-se: I - "Imóvel Rural", o prédio rústico, de área contínua qualquer que seja a sua localização que se destina à exploração extrativa agrícola, pecuária ou agro-



industrial, quer através de planos públicos de valorização, quer através de iniciativa privada;”

O **item III** está correto, de acordo com art. 4º, parágrafo único, a, da Lei 4.504/65: “Não se considera latifúndio: a) o imóvel rural, qualquer que seja a sua dimensão, cujas características recomendem, sob o ponto de vista técnico e econômico, a exploração florestal racionalmente realizada, mediante planejamento adequado;”

O **item IV** está incorreto, nos termos do art. 4º, II, da Lei 4.504/65: “Para os efeitos desta Lei, definem-se: (...) II - “Propriedade Familiar”, o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros;”

A **alternativa B** está correta, uma vez que II e III estão corretas.

IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL

Fábio Dutra

36. Acerca do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), de competência da União, analise os itens abaixo, e verifique quais deles estão corretos.

- I) As pequenas glebas rurais exploradas pelo proprietário que não possua outro imóvel são imunes ao ITR.
- II) São isentos do ITR os imóveis rurais oficialmente reconhecidos como áreas ocupadas por remanescentes de comunidades de quilombos, desde que estejam sob ocupação direta.
- III) O contribuinte do ITR é o proprietário de imóvel rural, o titular de seu domínio útil, ou o seu possuidor a qualquer título.

- a) I
- b) I, II e III

c) II e III

d) III

e) I e II

Gabarito: B

Comentários: vamos analisar item a item:

Item I: Correto. De acordo com o art. 2º da Lei 9393/96, o ITR não incide sobre pequenas glebas rurais quando exploradas pelo proprietário que não possua outro imóvel. O conceito de pequenas glebas rurais varia conforme a localização do imóvel.

Item II: Correto. O art. 3º-A, da referida norma, incluído pela Lei nº 13.043/2014, isenta do ITR os imóveis rurais reconhecidos como áreas ocupadas por remanescentes de comunidades de quilombos, que estejam sob ocupação direta e sejam explorados pelos membros destas comunidades.

Item III: Correto. Conforme o art. 4º da Lei 9393/96, o contribuinte do ITR é o proprietário do imóvel rural, o titular de seu domínio útil ou o possuidor a qualquer título, o que abrange uma gama ampla de situações possuidoras de imóveis rurais.

Portanto, a resposta correta é a letra B, pois todos os itens estão corretos.



POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO*Núbia Ferreira*

37. No que se refere ao Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), de acordo com o Estatuto da Cidade, assinale a alternativa correta.

- a) Deverá ser obrigatório para todos os projetos submetidos à aprovação no município.
- b) Será documento de caráter sigiloso, por envolver aspectos confidenciais dos empreendimentos objeto de licenciamento.
- c) Substituirá, em áreas urbanas, a elaboração e a aprovação de estudo prévio de impacto ambiental (EIA), requeridas nos termos da legislação ambiental.
- d) Será executado de forma a contemplar exclusivamente os efeitos negativos do empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades.
- e) Contemplará obrigatoriamente aspectos como valorização imobiliária, geração de tráfego e demanda por transporte público, ventilação e iluminação, dentre outros.

Gabarito: E

Comentários:

A alternativa A está incorreta. O EIV não é obrigatório para todos os empreendimentos. Lei municipal definirá os empreendimentos e atividades privados ou públicos em área urbana que dependerão de elaboração do EIV para obter as licenças ou autorizações de construção, ampliação ou funcionamento a cargo do Poder Público municipal (art. 36).

A alternativa B está incorreta. O EIV não possui caráter sigiloso, visto que é necessário que seja dada a devida publicidade aos documentos integrantes do EIV, que ficarão disponíveis para consulta (art. 37, parágrafo único).

A alternativa C está incorreta. A elaboração do EIV não substitui a elaboração e a aprovação de estudo prévio de impacto ambiental (EIA) (art. 38).

A alternativa D está incorreta. O EIV será executado de forma a contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades (art. 37).

A alternativa E está correta. O EIV inclui a análise, no mínimo, das seguintes questões (art. 37):

- I – adensamento populacional;
- II – equipamentos urbanos e comunitários;
- III – uso e ocupação do solo;
- IV – valorização imobiliária;
- V – geração de tráfego e demanda por transporte público;
- VI – ventilação e iluminação;
- VII – paisagem urbana e patrimônio natural e cultural.

SERVIÇO PÚBLICO*Herbert Almeida*

38. De acordo com a Lei nº 8.987/1995 – Lei Geral de Concessões, serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade e continuidade, dentre outros. Contudo, não se caracteriza como descontinuidade a interrupção do serviço:

- a) em situações do dia a dia, sem aviso prévio.
- b) sem aviso prévio, a critério do agente responsável.
- c) considerado o interesse da coletividade, mesmo para usuários adimplentes.
- d) quando o serviço estiver sendo prestado com segurança.
- e) em situação de emergência.

Gabarito: E

Comentário: conforme previsão do art. 6º da Lei:

§ 3º *Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em **situação de emergência** ou após prévio aviso, quando:*

- I - motivada por razões de ordem técnica ou de segurança das instalações; e;*



II - por inadimplemento do usuário, considerado o interesse da coletividade.

Então, para que não fique caracterizada a descontinuidade, a interrupção não pode ocorrer em situações do dia a dia ou sem aviso prévio (letras A e B – ERRADAS), tampouco no caso de usuários adimplentes, por interesse da coletividade (letra C – ERRADA). Além disso, se o serviço está sendo prestado com segurança, não há que se falar em interrupção (letra D – ERRADA).

Então, a única opção que está de acordo com a lei é a letra E: não caracteriza a descontinuidade a interrupção em situação de emergência, quando motivada por razões de segurança das instalações.

LEI Nº 9.427/1996 E ALTERAÇÕES

Mariana Moronari

39. Conforme a Lei nº 9.427/1996, assinale a alternativa correta acerca das atribuições e da organização da Agência Nacional de Energia Elétrica- ANEEL.

- a) A ANEEL tem por finalidade regular e operar a produção, a transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, em conformidade com as políticas e diretrizes do governo federal.
- b) A ANEEL é uma autarquia sob regime especial, vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, com sede e foro no Distrito Federal e prazo de duração determinado.
- c) Compete à ANEEL dirimir, no âmbito administrativo e judicial, as divergências entre concessionárias, permissionárias, autorizadas, produtores independentes e autoprodutores, bem como entre esses agentes e seus consumidores.
- d) A ANEEL será dirigida por um diretor-geral e cinco diretores, em regime colegiado cujas funções serão estabelecidas no ato administrativo que aprovar a estrutura organizacional da autarquia.
- e) Compete à ANEEL implementar as políticas e diretrizes do governo federal para a exploração da

energia elétrica e o aproveitamento dos potenciais hidráulicos.

Gabarito: E

Comentários:

A questão solicita que você determine a alternativa correta acerca das atribuições e da organização da ANEEL à luz da Lei nº 9.427/1996. O procedimento para resolver essa questão consiste em analisar cada alternativa separadamente.

- a) A alternativa está incorreta. Conforme o do Art. 2 da Lei nº 9.427/1996, a ANEEL tem por finalidade regular e fiscalizar a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, em conformidade com as políticas e diretrizes do governo federal. Nesta alternativa houve a alteração da palavra "fiscalizar" por "operar". A ANEEL tem por finalidade regular e fiscalizar! Atenção ao uso de palavras parecidas, mas que alteram o significado do texto.
- b) A alternativa está incorreta. Conforme o Art. 1 da Lei nº 9.427/1996, é instituída a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, autarquia sob regime especial, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, com sede e foro no Distrito Federal e prazo de duração indeterminado. Sendo assim, a ANEEL está vinculada ao Ministério de Minas e Energia e seu prazo de duração é indeterminado.
- c) A alternativa está incorreta. Conforme o inciso V do Art. 3 da Lei nº 9.427/1996, compete à ANEEL dirimir, no âmbito administrativo, as divergências entre concessionárias, permissionárias, autorizadas, produtores independentes e autoprodutores, bem como entre esses agentes e seus consumidores. Sendo assim, a solução de divergências se limita apenas ao âmbito administrativo.
- d) A alternativa está incorreta. Conforme o do Art. 4 da Lei nº 9.427/1996, a ANEEL será dirigida por um Diretor-Geral e quatro Diretores, em regime de colegiado, cujas funções serão estabelecidas no ato administrativo que aprovar a estrutura organizacional da autarquia. A alternativa está



errada em dizer que a diretoria será composta por um diretor geral e 5 diretores.

e) A alternativa está correta. Conforme o inciso I do Art. 3 da Lei nº 9.427/1996, compete à ANEEL implementar as políticas e diretrizes do governo federal para a exploração da energia elétrica e o aproveitamento dos potenciais hidráulicos.

Portanto,

A alternativa (E) é o gabarito da questão.

LEGISLAÇÃO RELATIVA À ENERGIA ELÉTRICA (LEIS Nº 10.438/2002, 10.848/2004, 12.111/2009 E 12.783/2013)

Nick Simonek

40. Como forma de universalização do serviço de fornecimento de energia elétrica a ANEEL poderá promover licitações para outorga de permissões de serviço público de energia elétrica, em áreas já concedidas cujos contratos não contenham cláusula de exclusividade. Nesse sentido, é correto afirmar de acordo com a Lei de nº 10.438/2002:

- a) É facultado à Aneel adotar a modalidade de tomada de preço, devendo, neste caso, mediante ações integradas com as Agências de Serviços Públicos Estaduais conveniadas, promover ampla divulgação visando o cadastramento de agentes interessados;
- b) A permissão de serviço público de energia elétrica contratada não poderá prever condições e formas de atendimento específicas, compatíveis com a tecnologia utilizada;
- c) É permitido às concessionárias de serviços públicos de energia elétrica, suas controladas e seus controladores, em qualquer grau de descendência ou ascendência, bem como outras sociedades igualmente controladas ou coligadas, independente do grau de colateralidade, participarem das licitações para universalização do serviço de fornecimento de energia;
- d) As licitações não poderão ser realizadas, por delegação, pelas Agências de Serviços Públicos

Estaduais conveniadas, mediante a utilização de editais padronizados elaborados pela Aneel, inclusive o contrato de adesão, com observância da Lei no 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e demais dispositivos legais específicos para o serviço público de energia elétrica, aplicando-se, no que couber e subsidiariamente, a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993;

e) A lei autoriza a dispensa de licitação no caso de universalização do fornecimento de energia elétrica.

Gabarito: A

Comentário: O objetivo da legislação foi facilitar a integração da ANEEL com as agências de serviços públicos Estaduais para que o serviço de energia possa ser universalizado, podendo a ANEEL, caso necessário, adotar a modalidade de tomada de preço na licitação, nos termos do art. 15, da Lei de nº 10.438/2002. Vejamos:

Art. 15. Visando a universalização do serviço público de energia elétrica, a Aneel poderá promover licitações para outorga de permissões de serviço público de energia elétrica, em áreas já concedidas cujos contratos não contenham cláusula de exclusividade. § 1º As licitações poderão ser realizadas, por delegação, pelas Agências de Serviços Públicos Estaduais conveniadas, mediante a utilização de editais padronizados elaborados pela Aneel, inclusive o contrato de adesão, com observância da Lei no 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e demais dispositivos legais específicos para o serviço público de energia elétrica, aplicando-se, no que couber e subsidiariamente, a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993. § 2º É facultado à Aneel adotar a modalidade de tomada de preço, devendo, neste caso, mediante ações integradas com as Agências de Serviços Públicos Estaduais conveniadas, promover ampla divulgação visando o cadastramento de agentes interessados. § 3º A permissionária será contratada para prestar serviço público de energia elétrica utilizando-se da forma



convencional de distribuição, podendo, simultaneamente, também prestar o serviço mediante associação ou contratação com agentes detentores de tecnologia ou titulares de autorização para fontes solar, eólica, biomassa e pequenas centrais hidrelétricas. § 4º À permissionária contratada na forma deste artigo é permitido realizar o fornecimento de energia elétrica a todos os consumidores, ligados ou não, localizados na área permitida, independentemente de carga, tensão e dos prazos de carência previstos nos arts. 15 e 16 da Lei no 9.074, de 7 de julho de 1995. § 5º É vedado às concessionárias de serviços públicos de energia elétrica, suas controladas e seus controladores, em qualquer grau de descendência ou ascendência, bem como outras sociedades igualmente controladas ou coligadas, independente do grau de colateralidade, participarem das licitações de que trata este artigo. § 6º A permissão de serviço público de energia elétrica contratada na forma deste artigo poderá prever condições e formas de atendimento específicas, compatíveis com a tecnologia utilizada

GESTÃO AMBIENTAL E TEMAS CORRELATOS

André Rocha

41. Os requisitos com as orientações para uso de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) são tratados na norma ABNT NBR ISO 14.001:2015.

Considerando-se o conteúdo dessa norma, verifica-se que

- a) o seu objetivo é prover às organizações uma estrutura para a proteção do meio ambiente, mas ela não especifica os requisitos que permitem que uma organização alcance os resultados pretendidos e definidos para seu sistema de gestão ambiental.
- b) a base para a abordagem que sustenta um sistema de gestão ambiental é fundamentada no conceito Standard-Do-Check-Act (SDCA).

c) ela inclui requisitos para o sistema de gestão ambiental e o sistema de gestão da saúde e segurança ocupacional.

d) a política ambiental de uma organização consiste em intenções e direções relacionadas ao seu desempenho ambiental formalmente expressas pela sua Alta Direção.

e) impacto ambiental é o elemento das atividades, produtos ou serviços de uma organização que interage ou pode interagir com o meio ambiente.

Gabarito: D

Comentário:

A **alternativa A** está **errada**, pois a NBR ISO 14.001/2015 especifica, sim, requisitos que permitem que uma organização alcance os resultados pretendidos e definidos para seu sistema de gestão ambiental.

A **alternativa B** está **errada**, porque o correto seria ciclo PDCA (Plan-Do-Check-Act), o qual fornece um processo iterativo utilizado pelas organizações para alcançar a melhoria contínua. O SDCA, ao contrário do PDCA, coloca uma ênfase inicial na padronização, buscando estabilizar o processo antes de realizar melhorias.

A **alternativa C** está **errada**, porque a ISO 14.001/2015 não inclui requisitos específicos para outros sistemas de gestão, como aqueles para gestão da qualidade, gestão da saúde e segurança ocupacional, gestão da energia ou gestão financeira.

A **alternativa D** está **correta** e é o nosso gabarito. A política ambiental das organizações é sempre definida pela Alta Direção, sendo estabelecida numa abordagem *top-down*.

A **alternativa E** está **errada**, pois trouxe o conceito de aspecto ambiental. Impacto ambiental é a própria modificação no meio ambiente, tanto adversa como benéfica, total ou parcialmente resultante dos aspectos ambientais de uma organização.



42. Leia o texto a seguir para responder à questão 42.

“O estudo mostrou também que a maioria dos setores pesquisados registrou um aumento de emissões absolutas de gases de efeito estufa, de 2005 a 2022, sendo que os maiores percentuais foram nos setores de transporte (53%), agricultura (46%) e resíduos (30%). Se for analisado apenas o recorte de energia, excluindo a geração de eletricidade, foi registrada uma redução de 1%.

‘A agricultura é responsável por emissões significativas, e uma nova versão do Plano ABC do Brasil para a descarbonização do setor foi publicada pelo governo brasileiro, o que inclui a recuperação de 15 milhões de hectares de pastagens degradadas, expansão do uso da fixação biológica de nitrogênio para substituir fertilizantes nitrogenados e o reflorestamento de milhões de hectares de terra. Além de reduzir as emissões líquidas e melhorar o meio ambiente do país, o reflorestamento oferece oportunidades comerciais por meio da venda potencial de créditos de carbono’, analisa sócia-líder de ESG da KPMG no Brasil e na América do Sul, Nelmara Arbex.”

Fonte: Agricultura emite 46% dos gases de efeito estufa no Brasil. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2024/01/29/agricultura-emite-46-dos-gases-de-efeito-estufa-no-brasil/>

Sobre a emissão de gases de efeito estufa, assinale a alternativa correta.

- a) As medidas de adaptação consistem em mudanças e substituições tecnológicas que reduzam o uso de recursos e as emissões por unidade de produção, bem como a implementação de medidas que reduzam as emissões de gases de efeito estufa e aumentem os sumidouros.
- b) Por definição, o Potencial de Aquecimento Global (*Global Warming Potential – GWP*) do dióxido de carbono é 1 (um).
- c) Os gases que mais contribuem para o aquecimento global são o dióxido de carbono (CO_2) e o ozônio (O_3).
- d) Os halogenados, como o clorofluorcarbono e o hidrofluorcarbono, apesar de não serem

considerados gases de efeito estufa (GEEs), são considerados substâncias que destroem a camada de ozônio (SDOs).

- e) A agropecuária brasileira possui papel considerável na emissão de gases de efeito estufa no Brasil, principalmente pela emissão de óxido nitroso (N_2O) por parte de animais ruminantes, como bois, vacas e búfalos.

Gabarito: B

Comentário:

A **alternativa A** está **errada**, porque trouxe o conceito de mitigação, não de adaptação. Esta é definida como iniciativas e medidas para reduzir a vulnerabilidade dos sistemas naturais e humanos frente aos efeitos atuais e esperados da mudança do clima.

A **alternativa B** está **correta** e é o nosso gabarito. O GWP é uma medida de como uma determinada quantidade de gás do efeito estufa (GEE) contribui para o aquecimento global. O GWP do CO_2 é definido como 1, por padrão, sendo a base de comparação. O do metano, por exemplo, fica por volta de 23 a 28 para um horizonte de tempo de 100 anos, ou seja, o metano absorve 23 a 28 vezes mais calor do que o CO_2 nesse prazo.

A **alternativa C** está **errada**, pois o metano (CH_4) é o segundo gás que mais contribui para o aquecimento global, não o ozônio.

A **alternativa D** está **errada**, porque tais halogenados, além de serem SDOs, são sim GEEs.

A **alternativa E** está **errada**, porque os ruminantes emitem metano (CH_4), não óxido nitroso.

43. De modo geral, o valor total de um bem ou serviço natural, também chamado Valor Econômico Total (VET) ou Valor Econômico do Recurso Ambiental (VERA), pode estar associado ao uso (valor de uso - VU) ou ao não uso (valor de não uso - VNU) do respectivo bem ou serviço.

Sobre esse assunto, é correto afirmar que



- a) o valor de uso é aquele que corresponde ao valor que os recursos naturais têm independentemente da possível relação com os seres humanos.
- b) o valor de uso está relacionado à ideia de benefício humano em decorrência daquele bem ou serviço, podendo ser subdividido em valor de uso direto (VUD), valor de uso indireto (VUI) e valor de existência (VE).
- c) o valor de opção se refere à disponibilidade do recurso para o uso futuro, isto é, ao quanto as pessoas estão dispostas a pagar para manter os bens e serviços ambientais para que possam ser utilizados no tempo futuro.
- d) O valor de uso direto é aquele atribuído ao recurso natural utilizado ou consumido diretamente no tempo presente, a exemplo da manutenção da qualidade da água promovida por uma área de preservação permanente.
- e) O valor de uso indireto é aquele atribuído ao recurso natural utilizado ou consumido indiretamente no tempo presente, a exemplo da utilização da madeira de uma floresta para se fabricar papel.

Gabarito: C

Comentário:

A **alternativa A** está **errada**, pois trouxe o conceito de valor de não uso (valor de existência).

A **alternativa B** está **errada**, uma vez que o valor de existência é um valor de não uso.

A **alternativa C** está **correta** e é o nosso gabarito. É o caso, por exemplo, do benefício de fármacos desenvolvidos com base em propriedades medicinais ainda não descobertas de plantas existentes nas florestas.

A **alternativa D** está **errada**, porque o exemplo trouxe um valor de uso indireto.

A **alternativa E** está **errada**, pois o exemplo trouxe um valor de uso direto.

44. Os empreendimentos e atividades são licenciados ou autorizados, ambientalmente, por um único ente federativo. Nesse contexto, é correto afirmar que o licenciamento ambiental de uma rodovia que atravessa três estados da federação será licenciado pelo:

- a) Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
- b) Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
- c) Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT
- d) Órgão ambiental do estado no qual a rodovia se origina
- e) Órgão ambiental do município no qual a rodovia se origina

Gabarito: A

Comentário:

Segundo o art. 7º, XIV, “e”, da Lei Complementar nº 140/2011, compete à União promover o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades localizados ou desenvolvidos em dois ou mais Estados. Desse modo, será o órgão licenciador da União (IBAMA) que irá licenciar tal rodovia. Obs.: ICMBio e DNIT, embora órgãos federais, não são órgãos licenciadores.

PROPRIEDADE INTELECTUAL E INDUSTRIAL

Cadu Carrilho

45. Da lista abaixo expressa, marque a alternativa que indica os institutos protegidos e abrangidos pela que se entende como propriedade intelectual:

- I. Programa de computador
- II. Direitos Autorais
- III. Patentes de invenção e de modelo de utilidade
- IV. Registro de marcas
- a) I, II, III e IV.
- b) Apenas III e IV.



- c) I, II e III.
- d) II, III e IV.
- e) Apenas I e II.

Gabarito: A

Comentários:

Estão abrangidos no conceito de propriedade intelectual tanto os direitos autorais, esses direitos abrangem também os direitos sobre programas de computador, como os direitos da propriedade industrial. Há duas legislações específicas sobre direitos autorais, existe a Lei 9.609 que dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no País e a Lei 9.610 que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais. Já os direitos da propriedade industrial que também são abarcados pela propriedade intelectual são regrados pela Lei 9.279. São considerados como propriedade industrial as patentes de invenção e de modelo de utilidade, bem como o registro de marca e de desenho industrial. Portanto, os 4 itens apresentados no enunciado estão corretos.

ENERGIA E TEMAS CORRELATOS

Mariana Moronari

46. Em 2004, houve grandes e importantes mudanças no setor de energia elétrica brasileiro com a implementação de um novo modelo institucional. Neste contexto, julgue os itens abaixo acerca dos diferentes agentes que atuam no novo modelo do setor elétrico brasileiro.

- I- A Empresa de Pesquisa Energética (EPE) tem por finalidade prestar serviços ao Ministério de Minas e Energia na área de estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor energético.
- II- O Operador Nacional do Sistema Elétrico Brasileiro (ONS) é a instituição responsável por operar, supervisionar e controlar a geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional - SIN e por

administrar a rede básica de transmissão de energia elétrica no Brasil.

III- O Comitê de Monitoramento do Setor elétrico Brasileiro (CMSE) atua como operador do mercado brasileiro de energia, sendo responsável pela administração dos contratos de compra e venda de energia elétrica.

Assinale a alternativa que contempla apenas os itens corretos.

- a) I.
- b) II.
- c) I e II.
- d) I, II e III.
- e) I e III.

Gabarito: C

Comentário:

A questão solicita que você determine a alternativa que contempla os itens corretos. O procedimento para resolver essa questão consiste em analisar cada item separadamente.

I- O item I está correto. A EPE é uma instituição vinculada ao Ministério de Minas e Energia, instituída pela Lei nº 10.847/2004, cuja finalidade é a prestação de serviços na área de estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor energético.

II- O item II está correto. O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) é o órgão responsável pela coordenação e controle da operação das instalações de geração e transmissão de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional (SIN) e pelo planejamento da operação dos sistemas isolados do país, sob a fiscalização e regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

III- O item III está incorreto. A instituição que atua como operadora do mercado brasileiro de energia elétrica é a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Portanto, a alternativa (C) é o gabarito da questão.



47. Os direitos e deveres dos usuários dos serviços de energia elétrica estão previstos na Resolução Normativa da Aneel nº 1.000/2021, que consolida as principais regras para a prestação do serviço público de energia elétrica. Assinale a alternativa correta em relação a esse assunto.

- a) Os direitos e deveres dispostos na Resolução 1.000/2021 dispensam outros estabelecidos na regulação da ANEEL e na legislação.
- b) A distribuidora deve disponibilizar material informativo com os principais direitos e deveres dispostos no Anexo I da Resolução apenas nos postos de atendimento presencial, em local de fácil visualização e de forma impressa ou eletrônica.
- c) A distribuidora é responsável pela prestação de serviço adequado ao consumidor e demais usuários. As informações necessárias à defesa de interesses individuais, coletivos ou difusos são de responsabilidade dos consumidores.
- d) Caracteriza-se como descontinuidade do serviço a sua interrupção pelo inadimplemento, sempre após prévia notificação.
- e) Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação emergencial, assim caracterizada como a deficiência técnica ou de segurança em instalações do consumidor e demais usuários que ofereçam risco iminente de danos a pessoas, bens ou ao funcionamento do sistema elétrico ou o caso fortuito ou motivo de força maior.

Gabarito: E

Comentário:

A questão solicita que você determine a alternativa correta. O procedimento para resolver essa questão consiste em analisar cada alternativa separadamente.

- a) A alternativa está incorreta. Conforme o Art. 3º da REN 1.000/2021, os direitos e deveres dispostos nesta Resolução não excluem outros estabelecidos na regulação da ANEEL e na legislação. Logo, não

dispensam os outros direitos e deveres apresentados em outras resoluções ou leis.

- b) A alternativa está incorreta. Conforme o § 2º do Art. 3º da REN 1.000/2021, a distribuidora deve disponibilizar material informativo com os principais direitos e deveres dispostos no Anexo I da Resolução não apenas nos postos de atendimento presencial (em local de fácil visualização e de forma impressa ou eletrônica), mas também em sua página na internet e em outros canais (por iniciativa própria ou determinação da ANEEL).
 - c) A alternativa está incorreta. Conforme o Art. 4º da REN 1.000/2021, a distribuidora é responsável pela prestação de serviço adequado ao consumidor e demais usuários e pelas informações necessárias à defesa de interesses individuais, coletivos ou difusos. Dessa forma, as informações necessárias à defesa de interesses individuais, coletivos ou difusos também é de responsabilidade da distribuidora.
 - d) A alternativa está incorreta. Conforme o inciso III do § 3º do Art. 4º da REN 1.000/2021, não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção pelo inadimplemento, sempre após prévia notificação. Assim, não é caracterizado descontinuidade do serviço na situação apresentada na alternativa.
 - e) A alternativa está correta, exatamente conforme o inciso I do § 3º do Art. 4º da REN 1000/2021.
- Portanto, a alternativa (E) é o gabarito da questão.

48. Com relação ao regime de preços e tarifas dos vários segmentos do setor elétrico, assinale a alternativa correta.

- a) A modalidade tarifária convencional é caracterizada por uma única tarifa para o consumo de energia, sem segmentação horária no dia.
- b) A modalidade tarifária horária branca é caracterizada por tarifas diferenciadas de consumo de energia elétrica de acordo com as horas de



utilização do dia, sendo segmentada em posto tarifário ponta e posto horário fora de ponta.

- c) A modalidade tarifária horária verde é caracterizada por tarifas diferenciadas, de acordo com as horas de utilização do dia, para a demanda de potência e para o consumo de energia elétrica.
- d) A modalidade tarifária horária azul é caracterizada por tarifas diferenciadas de consumo de energia elétrica, de acordo com as horas de utilização do dia, assim como de uma única tarifa de demanda de potência.
- e) Posto tarifário é definido como o conjunto de tarifas aplicáveis às componentes de consumo de energia elétrica e demanda de potência.

Gabarito: A

Comentário:

A questão solicita que você determine a alternativa correta. O procedimento para resolver essa questão consiste em analisar cada alternativa separadamente.

- a) A alternativa está correta. A modalidade tarifária convencional é caracterizada por sua aplicação sem distinção horária, ou seja, independentemente das horas de utilização do dia.
- b) A alternativa está incorreta. A modalidade tarifária horária branca é caracterizada por tarifas diferenciadas aplicadas ao consumo de energia, de acordo com as horas de utilização do dia considerando-se três postos horários: ponta, intermediário e fora de ponta. A alternativa erra em considerar apenas o posto horário ponta e fora de ponta. Evidencia-se que apenas a tarifa branca considera o posto intermediário.
- c) A alternativa está incorreta. A modalidade tarifária horária verde é caracterizada por uma tarifa única, sem segmentação horária, para a demanda de potência. Apenas para o consumo de energia elétrica, as tarifas são diferenciadas em função do posto tarifário ponta e fora de ponta. Nessa alternativa, houve uma inversão com a caracterização da modalidade tarifária horária azul.

d) A alternativa está incorreta. A modalidade tarifária horária azul caracterizada por tarifas diferenciadas de consumo de energia elétrica e de demanda de potência, de acordo com as horas de utilização do dia. Assim, os postos horários ponta e fora de ponta são considerados tanto para a demanda de potência como para o consumo de energia. Nessa alternativa, houve uma inversão com a caracterização da modalidade tarifária horária verde.

e) A alternativa está incorreta. O posto tarifário é definido como o período em horas para aplicação das tarifas de forma diferenciada ao longo do dia. A alternativa trouxe a definição de modalidade tarifária.

Portanto, a alternativa (A) é o gabarito da questão.

49. Com relação à matriz energética brasileira e às noções de geração de energia elétrica baseada em fontes renováveis e não renováveis de energia, julgue os itens abaixo e assinale a alternativa que contempla os itens corretos.

- I- A matriz energética representa o conjunto de fontes de energia disponíveis para diversos fins. Atualmente no Brasil, as fontes renováveis se destacam apresentando um maior percentual na matriz energética, característica que vai contra o restante do mundo.
- II- De acordo com sua matriz elétrica, o sistema de produção e transmissão de energia elétrica do Brasil é um sistema hidro-termo-solar de grande porte, com predominância de usinas hidrelétricas, forte participação da geração termoeletrica e grande expansão da geração solar.
- III- Na matriz energética brasileira, as fontes renováveis de energia se destacam, no entanto, apresentam um menor percentual se comparadas com as fontes não renováveis. Destaca-se que ainda existe uma forte dependência do petróleo e seus derivados, que representam mais de 30% da nossa matriz energética, característica que segue o restante do mundo.



- a) Apenas I.
- b) I e II.
- c) I, II e III.
- d) Apenas o item III.
- e) I e III.

Gabarito: D**Comentário:**

A questão solicita que você determine os itens corretos. O procedimento para resolver essa questão consiste em analisar cada item separadamente.

I- O item I está incorreto. A representatividade das fontes não renováveis ainda prevalece na matriz energética brasileira. Ou seja, as renováveis representam quase metade da nossa matriz energética, mas não apresentam um maior percentual com relação às fontes não renováveis. O petróleo e seus derivados ainda são as fontes mais importante na nossa matriz energética. Não confunda matriz energética com matriz elétrica. A matriz elétrica brasileira sim possui uma maior representatividade de fontes renováveis de energia.

II- O item II está incorreto. Segundo o ONS, o sistema de produção e transmissão de energia elétrica do Brasil é um sistema hidro-termo-eólico, justamente devido à representatividade dessas fontes na matriz elétrica brasileira. A expansão da geração solar de fato está ocorrendo, mas em menor escala do que a geração eólica, que atualmente atua de forma complementar à geração hidrelétrica.

III- O item III está correto. De fato, a representatividade das fontes não renováveis ainda prevalece na matriz energética brasileira, que apresentam em sua totalidade um maior percentual. A forte dependência do petróleo ainda existe, visto que ele é a fonte de energia mais importante na nossa matriz energética, apresentando o maior percentual. Novamente, atenção para não confundir matriz energética com matriz elétrica. A matriz elétrica brasileira sim

possui uma maior representatividade de fontes renováveis de energia.

Portanto, a alternativa (D) é o gabarito da questão.

REGIMENTO DE CONCESSÃO E PERMISSÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS (LEI Nº 8.987/1995 E ALTERAÇÕES) E NORMAS PARA OUTORGA E PRORROGAÇÕES DAS CONCESSÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS (LEI Nº 9.074/1995 E ALTERAÇÕES)

Herbert Almeida

50. Determinada agência reguladora estava preparando o lançamento de dois editais de licitação. O primeiro seria destinado à concessão de serviços públicos, enquanto o segundo seria destinado à permissão de serviços públicos.

Contudo, os servidores encarregados estavam em dúvidas sobre a obrigatoriedade de licitar e sobre quais modalidades de licitação seriam adotadas.

Nesse caso, tomando como referência apenas a Lei nº 8.987/1995, pode-se afirmar corretamente que:

- a) a licitação para permissão e concessão será dispensável, nas hipóteses definidas na legislação.
- b) a concessão sempre exige licitação, mas esta será dispensável quando se tratar de permissão.
- c) o legislador definiu expressamente a modalidade de licitação para a permissão.
- d) a modalidade a ser aplicada na concessão depende do valor estimado do contrato.
- e) a concessão admite as modalidades concorrência e diálogo competitivo.

Gabarito: E

Comentário: a Lei nº 8987/95 define concessão e permissão da seguinte forma:

II - concessão de serviço público: a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade concorrência ou diálogo competitivo, a pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu



desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado;

IV - permissão de serviço público: a delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco.

Então, o nosso gabarito é a letra E, pois a concessão depende de licitação nas modalidades concorrência e diálogo competitivo.

Vejamos o erro nas demais opções:

- a) **Errada.** Não é possível dispensar a licitação para concessão ou permissão (CF, art. 175).
- b) **Errada.** Não é possível dispensar a licitação para concessão ou permissão (CF, art. 175).
- c) **Errada.** Apesar da exigência de licitação, a L8987 não define a modalidade a ser adotada na permissão.
- d) **Errada.** A modalidade não é definida pelo valor estimado do contrato, mas pelas características do objeto.

CUIDADO: veremos ao longo do curso que existem casos de concessão que admitem a modalidade LEILÃO, nos termos da Lei 9.074/1995, que consta expressamente no edital.

PLANEJAMENTO E GESTÃO DE OBRAS

Guilherme Venturim

51. A estratégia de planejamento chamada de “PERT-CPM” é uma técnica baseada em diagramas que permite identificar o caminho crítico de um projeto. Considere o diagrama de rede apresentado abaixo, com as durações dadas em semanas:

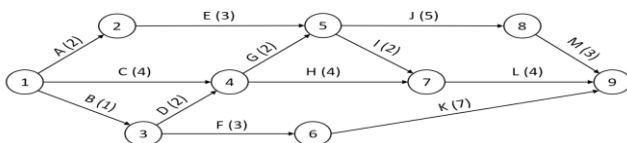


Figura 1 Diagrama PERT-CPM.

As atividades críticas deste projeto são:

- a) C; G; J; M.

- b) A; E; I; L.

- c) 1; 4; 7; 9.

- d) 1; 4; 5; 8; 9.

- e) 1; 3; 4; 5; 8; 9.

Gabarito: A

Comentários: O caminho crítico é a sequência de atividades que concorrem para a determinação da duração total do projeto, dado pela identificação do maior período entre seu início e seu fim. A questão apresenta o diagrama de rede elaborado pelo Método das Flechas (Arrow Diagramming Method – ADM), o qual possui as seguintes características:

ATIVIDADE	EVENTO
É uma tarefa a ser desempenhada	É um ponto no tempo, um instante do projeto
Possui duração	Não possui duração
Consome recursos (mão de obra; material;	Não consome recursos
Representada por flecha entre 2 eventos	Representado por um círculo (nó)

Figura 2 Métodos para traçado do Diagrama de Rede.

- a) **C; G; J; M – atividades do caminho crítico com duração de 14 semanas.**
- b) A; E; I; L – atividades de caminho não crítico com duração de 11 semanas.
- c) 1; 4; 7; 9 – eventos de um caminho não crítico (12 semanas).
- d) 1; 4; 5; 8; 9 – eventos do caminho crítico (14 semanas).
- e) 1; 3; 4; 5; 8; 9 – eventos de um caminho não crítico (13 semanas).

52. A Curva ABC de insumos, oriunda da aplicação do princípio de Pareto, permite, por meio de sua categorização, identificar os itens que demandam maior atenção e tratamento administrativo adequado. Quais dos insumos apresentados abaixo fazem parte da categoria A (classe A).



INSUMO	VALOR (R\$)
A	110
B	70
C	510
D	30
E	120
F	10
G	620
H	20
I	470
J	40

Figura 3 Tabela de Insumos.

- a) J; D; H; F.
 b) I; C; G; E; A.
 c) C; I; G.
 d) B; D; F; A; I; G.
 e) E; A; B.

Gabarito: C

Comentários: O princípio de Pareto, também conhecido como a regra 80/20, afirma que cerca de 80% dos resultados são gerados por 20% das causas. Com base nisso, a Curva ABC (mais comumente apresentada no formato tabular) classifica os itens de um projeto em ordem decrescente de importância/custos, de forma a auxiliar o engenheiro na administração da obra e na tomada de decisões. No topo estão os principais elementos em termos de custos totais.

A distribuição das classes mais comumente adotada pelas bancas é apresentada na figura a seguir:



Dentre suas principais utilidades, podemos citar: i) hierarquia de insumos; ii) prioridade de negociação; iii) atribuição de responsabilidades; e iv) avaliação de impactos.

Para a questão apresentada, a figura abaixo ilustra a curva ABC de insumos no formato de tabela:

INSUMO	VALOR (R\$)	%	% ACUMULADO	CLASSE
G	620	31,0%	31,0%	A
C	510	25,5%	56,5%	
I	470	23,5%	80,0%	
E	120	6,0%	86,0%	B
A	110	5,5%	91,5%	
B	70	3,5%	95,0%	
J	40	2,0%	97,0%	C
D	30	1,5%	98,5%	
H	20	1,0%	99,5%	
F	10	0,5%	100,0%	
TOTAL	R\$ 2.000,00			

Figura 5 Classificação de insumos.

Como se pode ver, os insumos da classe A são: **G; C e I.**

Vale ressaltar que a Lei de Pareto pode ser utilizada de diferentes maneiras, mas o ideal é aplicá-lo com parcimônia. Em muitas situações, os resultados podem fugir à regra e, por isso, nem sempre a proporção 80/20 entregará a clareza necessária para a tomada de decisões.

53. A NBR ISO 9001 (ABNT, 2015) afirma que o ciclo PDCA pode ser aplicado para todos os processos e para o sistema de gestão de qualidade como um todo. Neste sentido, associe corretamente cada uma das palavras com suas respectivas etapas.

- 1 Plan A Implementar o que foi planejado.
 2 Do B Executar ações para melhorar desempenho, conforme necessário.
 3 Check C Monitorar e medir os processos e os produtos e serviços e reportar os resultados
 4 Act D Estabelecer os objetivos do sistema e seus processos e os recursos necessários.

- a) 1-D; 2-B; 3-C; 4-A.
 b) 1-A; 2-B; 3-C; 4-D.
 c) 1-B; 2-A; 3-D; 4-C.
 d) 1-C; 2-D; 3-A; 4-B.
 e) 1-D; 2-A; 3-C; 4-B.

Gabarito: E

Comentários: Segunda a NBR ISO 9001 (ABNT, 2015), o ciclo PDCA pode ser resumidamente descrito como a seguir:

- **Plan** (planejar): estabelecer os objetivos do sistema e seus processos e os recursos necessários para entregar resultados de acordo com os requisitos dos clientes e com as políticas da organização;



- *Do* (fazer): implementar o que foi planejado;
- *Check* (checar): monitorar e (onde aplicável) medir os processos e os produtos e serviços resultantes em relação a políticas, objetivos e requisitos, e reportar os resultados;
- *Act* (agir): executar ações para melhorar desempenho, conforme necessário.

Com isso, o gabarito correto só pode ser: **1-D; 2-A; 3-C; 4-B.**

PLANEJAMENTO E GESTÃO DE OBRAS

Andressa Lisboa

54. A NBR 19.650/2022 trata da organização e digitalização de informações sobre edifícios e obras de engenharia civil, incluindo modelagem de informações de construção (BIM) — Gerenciamento de informações usando modelagem de informações de construção. A norma traz quatro requisitos de informação. Assinale qual das alternativas abaixo não corresponde a um requisito de informação elencado pela NBR.

- Requisitos de informação da organização (OIR)
- Requisitos de informação de manutenção (MIR)
- Requisitos de informação do ativo (AIR)
- Requisitos de troca de informação (EIR)
- Requisitos de informação de projeto (PIR)

Gabarito: B

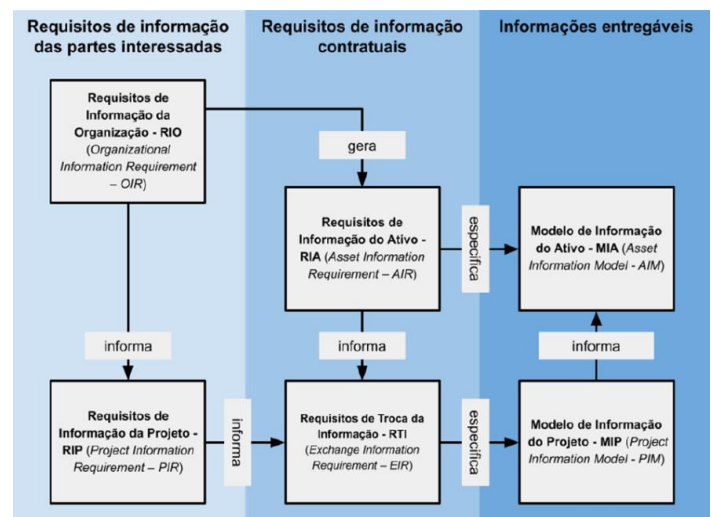
Comentário:

OIR, AIR, EIR e PIR são siglas relacionadas ao processo de gerenciamento de informações em projetos de construção no contexto do BIM. Estes documentos são utilizados para realizar a coleta de informações no início do projeto. Os **OIR e os AIR** são requisitos externos ao projeto e entrega do projeto de construção, e vão gerar o **Modelo de informação do ativo**, um modelo digital que pode ser usado para atividades de operação e manutenção da edificação (ativo). Os **PIR e os EIR**

são requisitos relativos ao projeto e à entrega do projeto de construção, que vão resultar no **Modelo de informação do projeto**, um modelo digital que é usado para planejamento, projeto e execução.



Podemos entender melhor com essa imagem que a NBR 19.650-1 nos traz:



Agora ficou fácil, nosso gabarito é letra B, o termo “requisitos de informação de manutenção” não faz parte dos quatro requisitos de informação trazidos pela NBR.



POLÍTICAS PÚBLICAS RELACIONADAS À INFRAESTRUTURA

André Rocha

55. A Lei nº 11.445/2007 estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e foi substancialmente alterada pela Lei nº 14.026/2020, o que ficou conhecido como Novo Marco Regulatório do Saneamento Básico.

No contexto dessa lei, é correto afirmar que a titularidade dos serviços públicos de saneamento básico

- a) é exercida pelos Municípios e o Distrito Federal, no caso de interesse comum.
- b) é exercida pelo Estado, em conjunto com os Municípios que compartilham efetivamente instalações operacionais integrantes de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, instituídas por lei complementar estadual, no caso de interesse local.
- c) pode ser realizada por gestão associada, mediante consórcio público ou convênio de cooperação.
- d) poderá ser transferida mediante processo licitatório na forma de concessão a empresas públicas ou privadas.
- e) exige os municípios da exigência de formular a respectiva política pública de saneamento básico.

Gabarito: C

Comentário:

A **alternativa A** está **errada**, pois trouxe o caso de interesse local, não comum.

A **alternativa B** está **errada**, pois trouxe o caso de interesse comum, não local.

A **alternativa C** está **correta** e é o nosso gabarito. Segundo o art. 8º, § 1º, o exercício da titularidade dos serviços de saneamento pode ser realizado por gestão associada, mediante consórcio público ou convênio de cooperação, nos termos do art. 241 da Constituição Federal, observadas as seguintes disposições:

I - fica admitida a formalização de consórcios intermunicipais de saneamento básico,

exclusivamente composto de Municípios, que poderão prestar o serviço aos seus consorciados diretamente, pela instituição de autarquia intermunicipal;

II - os consórcios intermunicipais de saneamento básico terão como objetivo, exclusivamente, o financiamento das iniciativas de implantação de medidas estruturais de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo de águas pluviais, vedada a formalização de contrato de programa com sociedade de economia mista ou empresa pública, ou a subdelegação do serviço prestado pela autarquia intermunicipal sem prévio procedimento licitatório.

A **alternativa D** está **errada**, porque a titularidade não é transferida nas concessões, apenas o direito de prestação dos serviços.

A **alternativa E** está **errada**, porque é o titular que deve formular a política de saneamento básico (art. 9º), não havendo essa dispensa.

56. Os acidentes envolvendo barragens de rejeitos de mineração em Mariana e Brumadinho, ocorridos respectivamente em 2015 e 2019, marcaram o setor mineral e impulsionar alterações significativas na regulação aplicável à segurança de barragens. Uma dessas mudanças foi a Lei nº 14.066/2020, que alterou a Lei nº 12.334/2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens destinadas à acumulação de água para quaisquer usos, à disposição final ou temporária de rejeitos e à acumulação de resíduos industriais.

Sobre a Política Nacional de Segurança de Barragens, é **incorreto** afirmar que

- a) A Lei nº 12.334/2010 se aplica a barragens destinadas à acumulação de água cujo reservatório tenha capacidade total maior ou igual a 3.000.000 m³ (três milhões de metros cúbicos).
- b) Permite-se a construção ou o alteamento de barragem de mineração pelo método a montante



apenas nos casos previamente aprovados pela Agência Nacional de Mineração (ANM).

- c) O Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (SNIRH) é instrumento Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB).
- d) As barragens são classificadas pelos agentes fiscalizadores, por categoria de risco, por dano potencial associado e pelo seu volume, com base em critérios gerais estabelecidos pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH).
- e) Deve ser realizada Revisão Periódica de Segurança de Barragem com o objetivo de verificar o estado geral de segurança da barragem, sendo que a periodicidade é estabelecida pelo órgão fiscalizador em função da categoria de risco e do dano potencial associado à barragem.

Gabarito: B

Comentário:

A **alternativa A** está **correta**. Segundo o art. 1º, parágrafo único, a Lei nº 12.334/2010 se

aplica a barragens destinadas à acumulação de água para quaisquer usos, à disposição final ou temporária de rejeitos e à acumulação de resíduos industriais que apresentem pelo menos uma das seguintes características:

I - altura do maciço, medida do encontro do pé do talude de jusante com o nível do solo até a crista de coroamento do barramento, maior ou igual a 15 (quinze) metros;

II - capacidade total do reservatório maior ou igual a 3.000.000m³ (três milhões de metros cúbicos);

III - reservatório que contenha resíduos perigosos conforme normas técnicas aplicáveis;

IV - categoria de dano potencial associado médio ou alto, em termos econômicos, sociais, ambientais ou de perda de vidas humanas, conforme definido no art. 7º desta Lei;

V - categoria de risco alto, a critério do órgão fiscalizador, conforme definido no art. 7º desta Lei.

A **alternativa B** está **errada** e é o nosso gabarito, uma vez que lei proíbe a construção ou o alteamento de

barragem de mineração pelo método a montante, que é metodologia construtiva de barragem em que os diques de contenção se apoiam sobre o próprio rejeito ou sedimento previamente lançado e depositado.

A **alternativa C** está **correta**. Segundo o art. 6º, são instrumentos da Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB):

I - o sistema de classificação de barragens por categoria de risco e por dano potencial associado;

II - o Plano de Segurança da Barragem, incluído o PAE;

III - o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens (SNISB);

IV - o Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente (Sinima);

V - o Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental;

VI - o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais;

VII - o Relatório de Segurança de Barragens.

VIII - o Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (SNIRH);

IX - o monitoramento das barragens e dos recursos hídricos em sua área de influência;

X - os guias de boas práticas em segurança de barragens.

A **alternativa D** está **correta**, conforme previsto expressamente no art. 7º. Lembrando que a classificação por categoria de risco em alto, médio ou baixo é feita em função das características técnicas, dos métodos construtivos, do estado de conservação e da idade do empreendimento e do atendimento ao Plano de Segurança da Barragem, bem como de outros critérios definidos pelo órgão fiscalizador, e a classificação por categoria de dano potencial associado à barragem em alto, médio ou baixo será feita em função do potencial de perdas de vidas humanas e dos impactos econômicos,



sociais e ambientais decorrentes da ruptura da barragem.

A **alternativa E** está **correta**, conforme previsto no art. 10, caput e § 1º:

Art. 10. Deverá ser realizada Revisão Periódica de Segurança de Barragem com o objetivo de verificar o estado geral de segurança da barragem, considerando o atual estado da arte para os critérios de projeto, a atualização dos dados hidrológicos e as alterações das condições a montante e a jusante da barragem.

§ 1º A periodicidade, a qualificação técnica da equipe responsável, o conteúdo mínimo e o nível de detalhamento da revisão periódica de segurança serão estabelecidos pelo órgão fiscalizador em função da categoria de risco e do dano potencial associado à barragem.

57. Segundo a Constituição Federal de 1988, a política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

Em âmbito infraconstitucional, o Estatuto das Cidades (Lei nº 10.257/2001) regulamenta esse dispositivo constitucional, estabelecendo diretrizes gerais da política urbana.

Segundo tal norma, o plano diretor, instrumento da política urbana, é obrigatório para as seguintes cidades, **exceto**:

- a) Com mais de vinte mil habitantes.
- b) Integrantes de áreas de especial interesse turístico.
- c) Incluídas no cadastro nacional de Municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos.
- d) Inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional.

e) Situadas na faixa de fronteira.

Gabarito: E

Comentário:

Segundo o art. 41 da Lei nº 10.257/2001, o plano diretor é obrigatório para cidades:

- I – com mais de vinte mil habitantes;**
- II – integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas;**
- III – onde o Poder Público municipal pretenda utilizar os instrumentos previstos no § 4º do art. 182 da Constituição Federal;
- IV – integrantes de áreas de especial interesse turístico;
- V – inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional.**
- VI - incluídas no cadastro nacional de Municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos.**

Não há obrigatoriedade de plano diretor para municípios situados na faixa de fronteira só por nela se localizarem.

58. A Política Nacional de Mobilidade Urbana é instrumento da política de desenvolvimento urbano de que tratam o inciso XX do art. 21 e o art. 182 da Constituição Federal, objetivando a integração entre os diferentes modos de transporte e a melhoria da acessibilidade e mobilidade das pessoas e cargas no território do Município.

Segundo essa Política, não compõe a infraestrutura de mobilidade urbana:

- a) As vias e demais logradouros públicos.
- b) Os estacionamentos.
- c) A sinalização viária e de trânsito.



d) Os automóveis e seus equipamentos de controle da poluição do ar.

e) Os instrumentos de arrecadação de taxas e tarifas.

Gabarito: D

Comentário:

Segundo o § 3º do art. 3º, são infraestruturas de mobilidade urbana:

I - vias e demais logradouros públicos, inclusive metroferrovias, hidrovias e ciclovias;

II - estacionamentos;

III - terminais, estações e demais conexões;

IV - pontos para embarque e desembarque de passageiros e cargas;

V - sinalização viária e de trânsito;

VI - equipamentos e instalações; e

VII - instrumentos de controle, fiscalização, arrecadação de taxas e tarifas e difusão de informações.

Automóveis são modos de transporte motorizado, não infraestrutura de mobilidade.

obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.

d) proporcionar através de ações intersetoriais o acesso à saúde básica e a reabilitação profissional para inclusão no mercado de trabalho.

e) Impulsionar, através de práticas esportivas, a inclusão da pessoa com deficiência em atividades inclusivas, respeitando suas limitações e capacidades.

Gabarito: C

Comentários:

A Lei nº 10.098/00 tem como eixo norteador estabelecer normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e na reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação. Vejamos o art. 1º.

Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.

A alternativa C está correta e é o gabarito da questão.

ACESSIBILIDADE

Ricardo Torques

59. Nos últimos anos tem se discutido a questão da acessibilidade a pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida no sentido de propiciar melhor acesso aos espaços públicos. Neste sentido, a Lei nº 10.098/00, tem como eixo norteador

a) criar vagas em escolas especiais no sentido de tornar o acesso a pessoa com deficiência peculiar em seu aspecto inclusivo.

b) fomentar os mecanismos de reabilitação e inclusão profissional nos currículos básicos na formação dos profissionais de saúde.

c) estabelecer normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de



ACESSIBILIDADE*Núbia Ferreira*

60. A NBR 9050 apresenta as dimensões referenciais para deslocamento em linha reta de pessoas em cadeiras de rodas. De acordo com essa norma, a dimensão em metros para o deslocamento de um pedestre e uma pessoa em cadeira de rodas é de:

- a) 0,90 a 1,10.
- b) 0,90 a 1,20.
- c) 1,00 a 1,20.
- d) 1,20 a 1,50.
- e) 1,50 a 1,80.

Gabarito: D

Comentários:

De acordo com o item 4.3 da NBR 9050/20, as dimensões referenciais para deslocamento em linha

reta de pessoas em cadeiras de rodas são:

Uma pessoa em cadeira de rodas: 0,90 m

Um pedestre e uma pessoa em cadeira de rodas: 1,20 a 1,50 m

Duas pessoas em cadeira de rodas: 1,50 a 1,80 m.

ENGENHARIA CARTOGRÁFICA E GEOPROCESSAMENTO*Monik Begname*

61. A definição “é o arco contado sobre o Equador e que vai de GREENWICH até o Meridiano do referido lugar” refere-se a qual elemento cartográfico?

- a) Escala
- b) Longitude
- c) Hemisfério
- d) Legenda
- e) Latitude

Gabarito: B

Comentário: É o arco contado sobre o Equador e que vai de GREENWICH até o Meridiano do referido lugar.

A Longitude pode ser contada no sentido Oeste, quando é chamada LONGITUDE OESTE DE GREENWICH (W Gr.) ou NEGATIVA. Se contada no sentido Este, é chamada LONGITUDE ESTE DE GREENWICH (E Gr.) ou POSITIVA.

A Longitude varia de: 0º à 180º W Gr. ou 0º à - 180º; 0º à 180º E Gr. ou 0º à + 180º.

62. Num cartograma de escala 1:400.000, a distância medida em linha reta entre duas cidades é de 4 cm.

A distância real entre essas cidades, medida em quilômetros e em linha reta, é

- a) 1,6
- b) 16
- c) 160
- d) 0,16
- e) 8

Gabarito: B

Comentário: 1 centímetro no mapa equivale a 400.000 centímetros ou 4 quilômetros no terreno. Se 1 centímetro equivale a 4 km, 4 centímetros serão iguais a 16 km.

63. A fim de solucionar as questões relacionadas com a forma do Planeta, foram feitas algumas adaptações, buscando aproximar a realidade da superfície terrestre para uma forma passível de ser geometricamente transformada em uma superfície plana e facilmente manuseável: um mapa. São exemplos de projeções cilíndricas as projeções

- a) transversais e as projeções oblíquas.
- b) cônicas e as projeções polares
- c) oblíquas e as projeções planas
- d) oblíquas e as projeções cônicas
- e) planas e as projeções transversais

Gabarito: A



Comentário: As projeções cartográficas podem ser classificadas de acordo com diferentes metodologias que buscam sempre um melhor ajuste da superfície a ser representada. De uma forma bastante simplificada, pode-se classificar as projeções cartográficas:

Quanto ao tipo de superfície de projeção:

PLANA: quando a superfície de projeção é um plano.

CÔNICA: quando a superfície de projeção é um cone.

CILÍNDRICA: quando a superfície de projeção é um cilindro.

POLIÉDRICA: quando se utilizam vários planos de projeção que, reunidos, formam um poliedro.

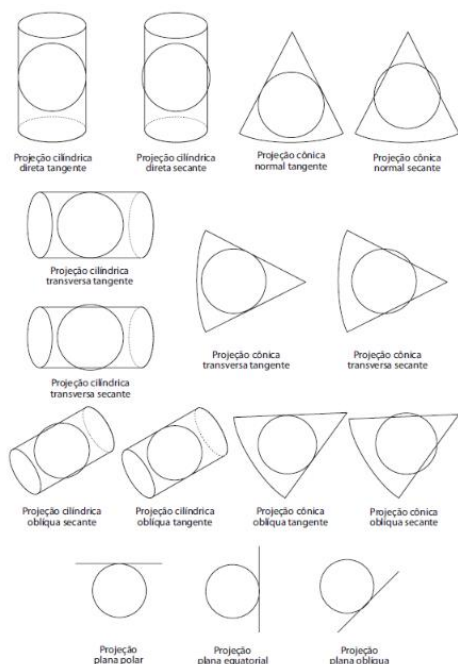
Quanto à posição da superfície de projeção:

EQUATORIAL: quando o centro da superfície de projeção se situa no equador terrestre.

POLAR: quando o centro do plano de projeção é um polo.

TRANSVERSA: quando o eixo da superfície de projeção (um cilindro ou um cone) se encontra perpendicular em relação ao eixo de rotação da Terra.

OBLÍQUA: quando está em qualquer outra posição.



Fonte: Fitz, 2008.

Dessa forma, podemos eliminar as alternativas que incluam os termos: projeções cilíndricas, planas ou cônicas, pois são classificações quanto ao tipo de superfície de projeção. Logo, nos resta marcar a alternativa A, que apresentou corretamente duas categorias de projeções cilíndricas quanto à posição – transversa e oblíqua.

64. A cartografia exerce uma função essencial na gestão ambiental ao possibilitar a criação de mapas que ajudam na identificação e na análise de ecossistemas, de recursos naturais e de riscos ambientais. Essas representações cartográficas são fundamentais para embasar a tomada de decisões, visando à conservação e ao planejamento sustentável do meio ambiente. Nesse contexto, define-se o Sistema de Informações Geográficas (SIG) como:

- a) um software de edição de fotos, usado para melhorar imagens geográficas.
- b) um dispositivo de rastreamento GPS, utilizado para monitorar animais selvagens em seu habitat natural.
- c) um sistema que adquire, armazena, recupera, transforma e exibe dados espaciais do mundo real.
- d) um sistema que envolve a integração de dados espacialmente referenciados que indicam o suporte à decisão e a consequente solução de problemas exclusivamente ambientais.
- e) um sistema computacional que realiza a exibição de dados georreferenciados composto apenas por um hardware.

Gabarito: C

Comentário:

- a) **Incorreta.** um software de edição de fotos, usado para melhorar imagens geográficas.
- b) **Incorreta.** um dispositivo de rastreamento GPS, utilizado para monitorar animais selvagens em seu habitat natural.



c) **Correta.** um sistema que adquire, armazena, recupera, transforma e exibe dados espaciais do mundo real.

SIG é um sistema que processa dados gráficos e não gráficos (alfanuméricos) com ênfase a análises espaciais e modelagens de superfícies. Algumas definições:

"Um conjunto manual ou computacional de procedimentos utilizados para armazenar e manipular dados georeferenciados" (Aronoff, 1989).

"Conjunto poderoso de ferramentas para coletar, armazenar, recuperar, transformar e visualizar dados sobre o mundo real" (Burrough, 1986).

"Um sistema de suporte à decisão que integra dados referenciados espacialmente num ambiente de respostas a problemas" (Cowen, 1988).

"Um banco de dados indexados espacialmente, sobre o qual opera um conjunto de procedimentos para responder a consultas sobre entidades espaciais" (Smith et al., 1987)

d) **Incorreta.** um sistema que envolve a integração de dados espacialmente referenciados que indicam o suporte à decisão e a consequente solução de problemas ~~exclusivamente ambientais~~.

O SIG não está restrito aos problemas ambientais. Aplicações de um SIG

- Ferramenta para produção de mapas;
- Suporte para análise espacial de fenômenos;
- Banco de dados geográficos, com funções de armazenamento e recuperação de informação espacial.

e) **Incorreta.** um sistema computacional que realiza a exibição de dados georeferenciados composto apenas por um ~~hardware~~.

Um SIG, Sistema de informações geográficas, ou GIS (*Geographic Information System*) é um sistema composto por software, usuário, hardware, dados e metodologia (ou técnicas) de análise, que permite o uso integrado de dados georeferenciados com uma finalidade específica.

65. Existem basicamente duas estruturas para armazenar e representar dados espaciais em um sistema de informação geográfica.

A estrutura que promove um processamento mais rápido e eficiente de algoritmos de análises espaciais e que facilita simulações e modelagens é denominada:

- a) vetorial.
- b) matricial.
- c) topológica.
- d) triangular.
- e) poligonal.

Gabarito: B

Comentário:

A utilização de um SIG pressupõe a existência de um banco de dados georeferenciados, ou seja, de dados portadores de registros referenciados a um sistema de coordenadas conhecido. A manipulação desses dados dá-se por meio de um Sistema Gerenciador de Banco de Dados (SGBD). Esse, em termos gerais, concebe-se a existência de dois tipos de dados: dados espaciais e dados alfanuméricos.

Os dados espaciais são considerados aqueles que podem ser representados espacialmente, ou seja, de forma gráfica (imagens, mapas temáticos ou planos de informações - PIs). A estrutura de tais tipos de dados podem ser vetorial ou matricial.

Dados em estrutura vetorial: é composta por três primitivas gráficas (pontos, linhas e polígonos) e utiliza um sistema de coordenadas para a sua representação. Os pontos são representados por apenas um par de coordenadas, ao passo que linhas e polígonos são representados por um conjunto de pares de coordenadas.

Dados em estrutura matricial: é representada por uma matriz com "n" linhas e "m" colunas, $M(n, m)$, na qual cada célula, denominada de pixel (contração de *picture element*, ou seja, elemento da imagem), apresenta um valor z que pode indicar, por exemplo, uma cor ou tom de cinza a ele atribuído. Produtos advindos do sensoriamento



remoto, como imagens de satélites e fotografias aéreas digitais, além de mapas digitalizados, utilizam essa forma de armazenamento.

A estrutura de dados matricial é relativamente simples: uma grade com um único código em cada célula. Essa estrutura simples de uma grade torna as análises mais fáceis, rápidas e eficientes. Ao contrário dos dados vetoriais, que podem ser mais difíceis de manipular do que os dados matriciais. Dessa forma, o gabarito da questão é a letra B.

ENGANHARIA CARTOGRÁFICA E GEOPROCESSAMENTO

Alexandre Vastella

66. Dados espaciais admitem tanto a representação matricial quanto a vetorial, sendo relevante a compreensão das potencialidades e limitações dessas representações para que a tomada de decisão quanto às técnicas a serem adotadas numa análise espacial sejam as mais indicadas na solução de um problema.

Para se utilizarem as representações vetoriais e matriciais, deve-se observar que dados

- a) vetoriais são adequados às representações de dados contínuos.
- b) vetoriais são indicados na aplicação de álgebra de mapas.
- c) vetoriais são facilmente associados a mais de um atributo.
- d) matriciais necessitam de topologia associada.
- e) matriciais são indicados na representação de objetos espaciais.

Gabarito: C

Comentários:

a) Na verdade, dados vetoriais são adequados às representações de dados DISCRETOS. Dados contínuos, como afirmado na questão, são melhores representados em dados raster.

b) Na verdade, MATRICIAIS (RASTER) são indicados à álgebra de mapas, pois permitem análises contínuas, o que é possível devido à estrutura de matrizes em pixels.

c) Alternativa correta. Sendo dados discretos, os vetoriais (linhas, pontos e polígonos) podem ser associados à vários atributos, o que pode ser evidenciado pelas diversas linhas das tabelas de atributos que caracterizam estes vetores.

d) Topologia ocorre APENAS em vetores, pois se trata da relação de vizinhança entre pontos, linhas e polígonos. Sendo assim, não é possível aplicar topologia em rasters.

e) A REPRESENTAÇÃO de objetos é melhor realizada em pontos, linhas e polígonos (vetores). A imagem raster é melhor para mostrar a realidade concreta como, por exemplo, imagens de satélite que detalham o terreno.

67. A Topologia define a relação posicional de características ao definir suas propriedades. Inclui informações sobre que rótulos estão ligados a cada característica [...]. A informação topológica permite que o SIG efetue funções de relação espacial [...]

Disponível em:
<<http://www.cartografia.eng.br/artigos/gis03.php>>. Acesso em: 02 dez. 2013.

Para que um analista consiga implementar a Topologia corretamente em um SIG, ele deve adotar o seguinte procedimento:

- a) Separar as informações em camadas (layers)
- b) Fornecer uma lógica que conecte os elementos gráficos.
- c) Estruturar os dados adequadamente, separando-os em níveis distintos.
- d) Manipular os dados para que sejam processados dentro de categorias predefinidas.
- e) Descrever a relação espacial entre os temas existentes no documento cartográfico.

Gabarito: B



Comentários:

A topologia é sobre a relação de vizinhança entre vetores (pontos, linhas e polígonos). Não se trata, portanto, de separar as informações em camadas (alternativa A), nem de estruturar os dados (alternativa C), nem de manipular os dados (alternativa D) e nem de descrever a relação espacial entre temas (alternativa E). A única correta é a B, pois a topologia, em sua essência, busca conectar os elementos gráficos em relações de vizinhança por meio de regras topológicas.

68. Uma das funcionalidades de um GIS (Geographic Information System) é gerenciar a base de dados que armazena os atributos alfanuméricos e espaciais.

Nesse gerenciamento, inclui-se a manutenção da integridade dos dados armazenados, o que significa que, em um GIS,

- a) existe backup para o caso de falha no servidor de dados.
- b) existe a consistência lógica e física entre os dados armazenados.
- c) não é possível apagar geometrias ou registros do banco de dados.
- d) não é possível haver múltiplos acessos simultâneos à base de dados.
- e) somente usuários credenciados podem acessar e alterar a base de dados.

Gabarito: B**Comentários:**

- a) O backup DEVE ser efetuado por razões de segurança, mas não é obrigatório para um SIG funcionar. Um SIG pode ter hardware, software, peopleware e dados trabalhando em conjunto, porém, sem backup (isso é altamente desaconselhável, mas pode ocorrer).
- b) Alternativa correta. A consistência é obrigatória, pois sem a conexão entre os elementos de um SIG (hardware, software, peopleware, dados), nada funciona.

c) É possível SIM apagar geometrias.

d) É possível SIM haver acessos múltiplos, sobretudo em SIGs Web.

E) O credenciamento é uma opção do administrador de um SIG, não sendo requisito obrigatório.

ESTATÍSTICA*Carlos Henrique*

Uma pesquisa realizada com moradores das cidades A, B, C, D e E teve como finalidade investigar a questão de segurança nas cidades onde moravam. Foram entrevistados 1.000 moradores, alocando-se a amostra de acordo com a cidade de origem de cada um. Na tabela seguinte, N é o tamanho populacional de moradores; n é o tamanho da amostra por origem; P é o percentual dos moradores entrevistados que se manifestaram relativamente seguros nas suas cidades.

cidade	N	n	P
A	100.000	100	80
B	300.000	300	70
C	100.000	100	90
D	300.000	300	80
E	200.000	200	80
total	1.000.000	1.000	

69. Marque a opção correta:

- a) a fração amostral utilizada no estudo em tela foi igual a 1% e o desenho amostral é conhecido como amostragem por conglomerados
- b) a fração amostral utilizada no estudo em tela foi igual a 1% e o desenho amostral é conhecido como amostragem estratificada
- c) a fração amostral utilizada no estudo em tela foi igual a 0,1% e o desenho amostral é conhecido como amostragem por conglomerados



d) a fração amostral utilizada no estudo em tela foi igual a 0,1% e o desenho amostral é conhecido como amostragem estratificada

e) a fração amostral utilizada no estudo em tela foi igual a 1% e o desenho amostral é conhecido como amostragem sistemática

Gabarito: D

Comentário:

A amostra de 1000 elementos representa 0,1% da população de 1.000.000.

$$1000/1000000 = 1/1000 = 0,001 = 0,1\%$$

A população foi dividida em grupos, porém, retiramos alguns elementos de TODOS os grupos. Isso caracteriza a AMOSTRAGEM ESTRATIFICADA.

70. Sabendo que $P(Z < 2) = 0,975$, em que Z representa a distribuição normal padrão, o intervalo de 95% de confiança do percentual populacional de moradores da cidade A que se sentem relativamente seguros foi igual a:

- a) $80\% \pm 8\%$
- b) $80\% \pm 10\%$
- c) $80\% \pm 12\%$
- d) $70\% \pm 8\%$
- e) $70\% \pm 10\%$

Gabarito: A

Comentário:

$$p_0 = 0,8 \text{ e } 1 - p_0 = 0,2$$

$$p = p_0 \pm z \sqrt{\frac{p_0 (1-p_0)}{n}} = 0,8 \pm 2 \sqrt{\frac{0,8 \times 0,2}{100}} = 0,8 \pm 0,08 \\ = 80\% \pm 8\%$$



DISCURSIVA

Determinada pessoa, sem se identificar, enviou mensagem para a ouvidoria do Órgão federal X (pertencente ao Ministério da Educação), relatando que o servidor Caio, vinculado a esse ministério, cometeu determinada infração administrativa. De pronto, a autoridade competente, pertencente ao próprio Órgão, instaurou um Processo Administrativo Disciplinar (PAD).

Instaurado o PAD, na fase de defesa, Caio exerceu o direito ao contraditório e ampla defesa sem, contudo, estar assistido por advogado. Transcorrido o PAD, foi imposta, pelo Ministro da Educação a penalidade de demissão.

Considerando a situação apresentada, redija um texto dissertativo sobre o Processo Administrativo Disciplinar (PAD), disciplinado pela Lei 8.112/1990. No seu texto, aborde os seguintes pontos, remetendo-se à situação hipotética quando cabível:

- a) As fases do PAD, conforme o rito ordinário.
- b) A possibilidade de abertura de PAD com base em denúncia anônima.
- c) A questão da não assistência por advogado no âmbito PAD.
- d) A competência para aplicação da penalidade de demissão.



PROPOSTA DE SOLUÇÃO

Trata-se de situação em que, por meio de denúncia anônima, relatou-se que determinado servidor, vinculado ao Ministério da Educação, cometeu uma infração administrativa e, em decorrência disso, foi aberto um Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Além disso, o servidor não foi assistido por advogado; e, ao final do PAD, aplicou-se a penalidade de demissão pelo Ministro da Educação. [Introdução parafraseada]

Inicialmente, conforme disposto na Lei 8.112/1990, o rito ordinário do processo administrativo disciplinar divide-se em instauração, inquérito (subdividido em instrução, defesa e relatório) e julgamento. Resumidamente, a instauração do PAD no rito ordinário é um ato exclusivo daquela autoridade com competência regimental ou legal para tanto, e se realiza mediante a publicação de Portaria que designa a comissão disciplinar que atuará no procedimento apuratório.

Por sua vez, a fase do inquérito é aquela em que o trio processante designado irá apurar os fatos utilizando-se de todos os meios de prova admitidos pelo direito, ou seja, é nesse momento que a comissão, obedecendo aos princípios do contraditório e da ampla defesa, produzirá ou colherá todos os elementos que lhe permitam formar e exprimir a convicção definitiva acerca da materialidade e autoria dos fatos irregulares ou mesmo da sua inexistência. Culmina na produção do relatório final, mediante o qual a comissão irá se pronunciar, de forma conclusiva, apresentando sua convicção pela eventual transgressão legal ou regulamentar que entenda ter ocorrido ou pela inocência do servidor indiciado.

Por fim, o julgamento é a fase em que a autoridade julgadora externará sua opinião sobre as conclusões do relatório, podendo: aplicar a penalidade de sua competência ou encaminhar para a autoridade competente para tal; determinar o arquivamento, caso entenda pela inocência do acusado; ou determinar o refazimento dos trabalhos, na hipótese de vício no processo.

Posto isso, analisar-se-ão os fatos ocorridos na situação em epígrafe. Acerca da abertura de PAD com base em denúncia anônima, esclareça-se que, conforme entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça (STJ), desde que devidamente motivada e com amparo em investigação ou sindicância, é permitida a instauração de Processo Administrativo Disciplinar (PAD) com base em denúncia apócrifa. Logo, pela inexistência de sindicância ou procedimento apuratório preliminar, constata-se ilegalidade no procedimento adotado.

Outrossim, no que tange à não assistência por advogado, registre-se que o Supremo Tribunal Federal possui Súmula Vinculante, a qual estabelece que falta de defesa técnica por advogado no PAD não ofende a Constituição. Portanto, nesse quesito, foi correto o procedimento evidenciado no caso em tela.



Por sua vez, quanto à competência para impor a penalidade apresentada, ressalte-se que, no âmbito do Poder Executivo federal, cumpre ao Presidente da República a aplicação da penalidade de demissão, nos termos da Lei 8.112/1990. No entanto, consoante previsão em Decreto, a autoridade máxima do Executivo delegou aos respectivos Ministros de Estado a competência para aplicarem a referida penalidade no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal que lhes são subordinados ou vinculados. Nesse sentido, a aplicação da penalidade de demissão pelo Ministro da Educação é legal, motivo pelo qual o ato demissional não padece de vício.

Diante dos eventos relatados, verificou-se a presença de uma ilegalidade, a ausência de sindicância preliminar para a abertura do PAD, possibilitando a anulabilidade do PAD. Nesse sentido, é imperativo o conhecimento acerca da legislação que rege os PADs, bem como da jurisprudência correlata, haja vista a necessidade de obediência ao princípio da eficiência e a possibilidade de eventuais prejuízos laborais ao servidor investigado.



NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.